MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA:
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO LICENCIADOS

Projeto de parceria em rede

2018

Equipe Diretiva IFSUL

Reitor
Prof. Msc Flavio Luis Barbosa Nunes

Pro Reitor de Ensino
Prof. Msc Guilherme Ribeiro Rostas

Pro Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Vinicius Martins

Pro Reitor de Extensão
Prof. Dra. Gisela Loureiro Duarte

Equipe Diretiva IFMA

Reitor
Francisco Roberto Brandão Ferreira

Pro Reitor de Ensino
Ximena Paula Bandeira Maia da Silva

Pro Reitor de Pesquisa
Natilene Mesquita brito

Pro Reitor de Extensão
Fernando Antonio Carvalho de Lima

Equipe Diretiva IFRO

Reitor
Prof. Uberlando Tiburtino Leite

Pro Reitor de Ensino
Prof. Moisés José Rosa Souza

Pro Reitor de Pesquisa
Prof. Gilmar Alves Lima Junior

Pro Reitor de Extensão
Prof. Maria Goreth Araujo Reis

Equipe Diretiva IFRN

Reitor
Prof. Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Pro Reitor de Ensino
Prof. Agamenon Henrique de Carvalho Tavares

Pro Reitor de Pesquisa

Prof. Márcio Adriano de Azevedo

Pro Reitor de Extensão
Prof. Régia Lúcia Lopes

Equipe Diretiva IFMT

Reitor
Prof. Willian Silva de Paula

Pro Reitor de Ensino
Prof. Carlos André de Oliveira Câmara

Pro Reitor de Pesquisa e Inovação
Prof. Wander Miguel de Barros

Pró Reitor de Extensão
Prof. Marcus Vinicius Taques Arruda

Equipe Diretiva IFSULDEMINAS

Reitor
Prof. Marcelo Bregagnolli

Pro Reitora de Ensino
Prof. Márcia Machado Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação
José Luiz de Andrade Rezende Pereira

Pró Reitor de Extensão
Cléber Ávila Barbosa

Pró-Reitor de Administração
Honório José de Morais Neto

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Equipe Diretiva IFG

Reitor
Prof. Jerônimo Rodrigues da Silva

Pró-Reitora de Ensino
Prof.ª Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Écio Naves Duarte

Pró-Reitor de Extensão
Prof. Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitor de Administração
Prof. José Carlos Barros Silva

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Amaury França Araújo

Equipe Diretiva IFRJ

Reitor
Paulo Roberto de Assis Passos

Pró-Reitora de Ensino Técnico
Helena de Souza Torquilho

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Elizabeth Augustinho

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Mira Wengert

Pró-Reitor de Extensão
Francisco José Montório Sobral

Diretor de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Marcos José Clivatti Freitag

Equipe Diretiva IFAM

Reitor
Prof. Antônio Venâncio Castelo Branco

Pró-Reitor de Ensino
Prof. Nilton Paulo Ponciano

Pró-Reitora de Extensão
Prof. Sandra Magni Darwich

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Prof. José Pinheiro de Queiroz Neto

Equipe de Elaboração:

Organização Geral
Profª Dra. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

IFSUL
Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologia
Prof. Dr. Luis Otoni Meireles Ribeiro

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil
Prof. Msc Ricardo Rios Villas Boas

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil
Profª Msc Marla Sopeña

Suporte Pedagógico
Profª Msc Fabiana Zafallon
Profª Dra. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

IFMA
Diretoria do Centro de Referência em Tecnologias
Profa. Msc. Simone Costa Andrade dos Santos

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil
Profa. Esp. Debora Ribamar Macedo Ribeiro

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil
Prof. Dr. André Luis Silva dos Santos

Suporte Pedagógico
Profa. Carolina Pereira Nunes

IFRO
Diretoria de Educação a Distância
Prof. Miguel Fabrício Zamberlan

Direção-Geral do Campus Porto Velho Zona Norte/Ofertante EaD
Prof. Gilberto Laske

Suporte Pedagógico
Prof. Ma Anabela Aparecida Silva Barbosa

IFRN
Pro Reitor de Pesquisa
Marcio Adriano de Azevedo

Diretor do Campus EAD
Prof. Msc Alexsandro Paulino de Oliveira

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil
Profª Dra. Edneide da Conceição Bezerra

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil
Profª Msc Abigail Noadia Barbalho da Silva

Suporte Pedagógico
Msc Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade

IFMT

Pró-reitor de Ensino
Prof. Carlos André de Oliveira Câmara

Departamento de Educação à Distância
Prof. Constantino Dias da Cruz Neto

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil
Prof. Msc. Andréia Aparecida de Oliveira Cambraia

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil
Professora Msc. Vera Lucia Fernandes da Cunha

Instituições Parceiras

IFSULDEMINAS

Diretor de Educação à Distância
Prof. Giovane José Da Silva

Coordenador-Geral da UAB/IFSULDEMINAS
Prof. Evandro Moreira Da Silva

Coordenadora Adjunta da UAB/IFSULDEMINAS
Prof. Sonia Regina Alvim Negreti

IFG

Coordenador Geral da Universidade Aberta do Brasil
Diretor de Educação a Distância
Prof. Júlio César dos Santos

Coordenador Pedagógico/EAD
Prof. Daniel Rosa Canedo

IFRJ

Diretora de Educação à Distância
Aline Pinto Amorim

IFAM

Diretoria de Educação a Distância
Prof. Eliseanne Lima da Silva

Coordenadora da UAB
Prof. Tânia Midian Freitas de Souza

Coordenador Adjunto da UAB
Prof. Allen Bittencourt de Lima

Suporte Pedagógico
Prof. Clisivânia Duarte de Souza

Sumário

1. DENOMINAÇÃO 11
2. VIGÊNCIA 11
3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS 11
3.1 APRESENTAÇÃO 12
3.2 JUSTIFICATIVA 12
3.3 OBJETIVOS DO CURSO 16
3.3.1 Objetivos Específicos do Curso 16
4. PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO 17
5. REGIME DE MATRÍCULA 17
6. DURAÇÃO 17
7. TÍTULO 17
8. PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO 18
8.1 PERFIL PROFISSIONAL 19
8.1.1 - Competências profissionais 19
8.2 CAMPO DE ATUAÇÃO 20
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 20
9.1 METODOLOGIA 20
9.1.1 Sistema de Tutoria 23
9.1.2 Material Didático 25
9.2 PRÁTICA PROFISSIONAL 26
9.2.1 - Estágio profissional supervisionado 27
9.2.2 - Estágio não obrigatório 27
9.3 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES 28
9.4 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 28
9.5 - MATRIZ CURRICULAR 29
9.5.1 Estrutura dos Núcleos do Curso 29
9.6 - DISCIPLINAS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA 30
9.7 - FLEXIBILIDADE CURRICULAR 37
9.8 - POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE 38
9.9 - POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE 38
9.10 EDUCAÇÃO INCLUSIVA 39
9.11 - FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 41

10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES 43
11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO 44
11.1 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM 44
11.2 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO 45
12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO 46
13 – PESSOAL DOCENTE 47
14. INFRAESTRUTURA DOS PARCEIROS 48
14.1 Infraestrutura – IFSUL 48
14.1.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes 48
14.1.2 – Infraestrutura de Acessibilidade 51
14.1.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso 51
14.2 INFRAESTRUTURA – IFMA 52
14.3 INFRAESTRUTURA – IFRN 52
14.4 INFRAESTRUTURA – IFRO 55
14.6 INFRAESTRUTURA – IFMT 65
14.2.1 Estrutura de Apoio ao Curso no Campus 66
14.2.2 Biblioteca do Campus Cuiabá- Bela Vista 68

1. DENOMINAÇÃO

Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede

Instituições Ofertantes – atuando de forma colaborativa, em rede:

- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)

Parceiros por adesão a proposta:

- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)
-

Modalidade: a distância

2. VIGÊNCIA

O Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - a Distância - em rede passará a viger a partir de 2018/1.

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade anual pelas instâncias colegiadas, de cada Instituição ofertante, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), em parceria, no âmbito de suas atribuições e responsabilidade social no campo do ensino, pesquisa e extensão apresentam o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância, com o objetivo de contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica, destes estados, que possuem graduação plena, porém não são Licenciados, para que possam ser favorecidos na formação docente e no conteúdo do desenvolvimento da prática educativa. O presente projeto, elaborado em rede, pode ser ofertado pelas Instituições parceiras em conjunto, otimizando recursos humanos e financeiros e/ou como oferta individual com recursos próprios.

3.2 JUSTIFICATIVA

A ampliação do acesso e a procura pela universalização da educação básica no Brasil são elementos de um processo, necessário, de ampliação de direitos constitucionais e sociais. Este processo, de caráter irreversível, caracteriza o desenvolvimento de uma sociedade que deve primar pela formação integral do homem, identificando seu processo histórico como perfil, relevante, da identidade de um povo.

Ao apresentar um programa de formação pedagógica de professores não licenciados, voltado, principalmente, para a Educação Básica Pública, para profissionais portadores de diplomas de educação superior, em diversas unidades da federação, por meio dos Institutos Federais, vislumbramos integrar um esforço nacional, em rede de contribuição, em prol da melhoria da qualidade do ensino e valorização do magistério.

A valorização e o investimento na formação continuada de docentes são fatores imperativos e fundamentais para a melhoria do sistema educacional brasileiro. Temos um grande desafio: o de investir na qualidade da educação básica do Brasil vislumbrando uma escola de acesso a todos, inclusiva, laica, de qualidade, em que os

alunos, ávidos por conhecimentos, possam desenvolver habilidades e competências que os auxiliem nos enfrentamentos cotidianos da sociedade, no mundo do trabalho, no ambiente social e familiar, exercendo a cidadania de forma consciente, ética e criteriosa.

A formação de professores, para atuar na educação básica, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9.394/96, se dá " [...] em nível superior, em curso de licenciatura plena [...]." Neste trecho o legislador traduz que para exercício da profissão do magistério, no ensino básico, é necessário curso de licenciatura.

Outrossim, dentro das prerrogativas de atuação e, ainda, das formas de oferta desta formação, a Lei 12.056/ 2009, complementa o artigo 62 da LDB, destacando que a " [...] União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério." Enfatizando que na formação continuada e na capacitação dos profissionais do magistério " [...] poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância."

No Brasil, os programas de formação de docentes são requeridos pela grande demanda por formação de professores em diferentes áreas do conhecimento, em todas as regiões e unidades da federação, em particular, os programas especiais de formação pedagógica de docentes para a educação básica e para a educação profissional e tecnológica.

De modo específico, possibilitar a profissionais não licenciados da educação profissional e tecnológica, portadores de diplomas de curso superior, uma formação pedagógica, não é apenas uma forma de legitimar o seu trabalho docente, que já está sendo desenvolvido, mas é qualificar a experiência desses profissionais, agregando saberes científicos e pedagógicos a esse fazer, de modo a proporcionar o domínio de novas habilidades para a atuação na docência.

Entende-se que um processo de formação pedagógica de professores para a educação profissional e tecnológica deva integrar as políticas atuais para a formação continuada do docente, sustentando-se numa base comum de referência nacional (orientações, diretrizes e condições legais e administrativas) que permita, aos sistemas de ensino e às instituições responsáveis por essa formação docente, a viabilização de um processo formativo integrado às demais ações que conduzam à superação de precariedade da realidade educacional.

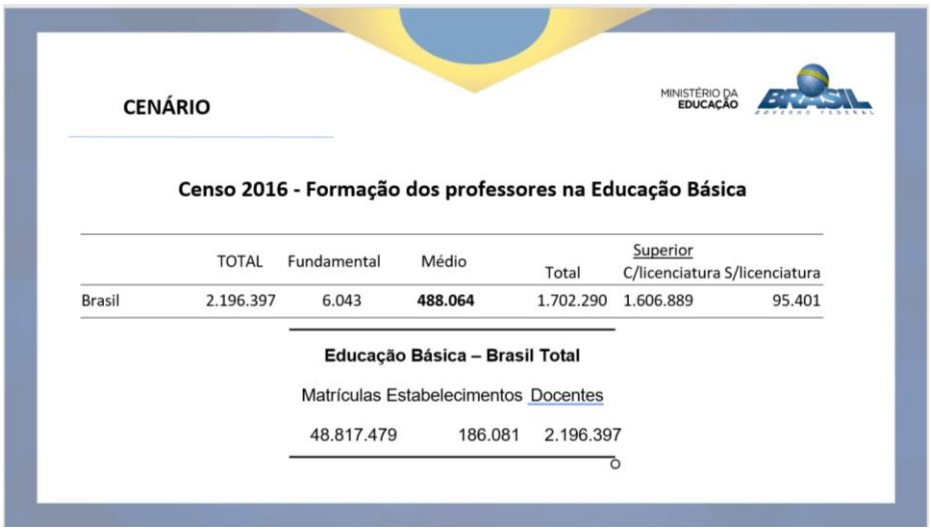
Na estruturação Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - a Distância - em rede retivemos especial atenção: aos princípios constitucionais e legais; a diversidade sociocultural e regional do país; a organização

federativa do Brasil, a pluralidade de ideias de concepções pedagógicas, a competência das Instituições de ensino e dos docentes para a gestão democrática.

Nesta ótica, percebendo as dimensões continentais do nosso país, e, as especificidades que fazem com que, cada região, desponte em riquezas de ordem cultural, social e histórica, aptas a serem “compartilhadas” com professores “em formação” de todo o Brasil, contribuindo de forma singular neste processo, pela riqueza de experiências, vislumbramos um Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, que une, pelo viés tecnológico, a experiência de profissionais vinculados a educação pública, federal e de qualidade interessados em participar “em rede” da formação dos professores das escolas públicas dos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Rondônia, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Amazonas.

Neste estudo, para a apresentação da oferta deste curso, nos baseamos nos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) no que tange a formação dos docentes para educação básica. Baseados no censo 2016 apontam que dos 2.196.397 professores, em exercício na educação básica pública, há 6.043 que possuem apenas o ensino fundamental, 488.064 o ensino médio e 95.401 não possuem licenciatura. Um cenário, no mínimo preocupante, no que tange a educação pública do Brasil.

O quadro, apresentado a seguir, retirado do relatório da Política Nacional de formação docente, publicado no portal do MEC, traduz o retrato deste cenário no Brasil.



CENÁRIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Censo 2016 - Formação dos professores na Educação Básica

	TOTAL	Fundamental	Médio	Superior		
				Total	C/licenciatura	S/licenciatura
Brasil	2.196.397	6.043	**488.064**	1.702.290	1.606.889	95.401

Educação Básica – Brasil Total

Matrículas	Estabelecimentos	Docentes
48.817.479	186.081	2.196.397

Fonte: apresentação política nacional de formação de professores – MEC - 2017

Ao lançar estes dados o Ministério assinala que a “ [...] qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor [sendo assim]

Evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos."

No delineamento desta política o MEC

> [...] acolhe os princípios estabelecidos na constituição federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE), em particular as metas 15 e 16, e na resolução 2/2015 e destaca: regime de colaboração (União, redes de ensino, Instituições Formadoras), visão sistêmica, articulação instituição formadora e escolas de educação básica, domínio dos conhecimentos previstos na bncc, articulação teoria e prática, interdisciplinaridade, interculturalidade e inovação e formação humana integral.

A atividade em parceria cooperativa é uma tendência da educação que emerge da organização, em rede, na sociedade digital. Este modelo de organização, como destaca Dias (2013, p. 5), "[...] contribui de forma decisiva para a diluição das barreiras de natureza geográfica e sociais, e promove [...] o desenvolvimento das novas práticas de interação entre os indivíduos, e entre estes e os contextos de aprendizagem e conhecimento."

Esta tendência cresce apoiada nas "[...] facilidades que as tecnologias disponibilizam para construir uma experiência de educação e comunicação aberta e global, que tem o seu maior impacto nas formas emergentes de interação social nas redes de conhecimento [...]". (DIAS, 2013, p. 5)

Deste modo, estas parcerias, sob a forma de redes colaborativas, podem se configurar em espaços de mediação social e cognitiva diminuindo as barreiras de tempo e espaço, espaços em que a distância se dilui na "[...] proximidade virtual e do envolvimento colaborativo [...]". (p.6)

O avanço tecnológico possibilitou uma nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) tem se expandido rapidamente como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), o Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), cientes da sua expertise na área da formação de professores e na área tecnológica, do seu compromisso em atender a sociedade ao oportunizar condições de acesso à educação, no que tange a todas as possibilidades de aprendizagem em detrimento da produção do conhecimento, e do seu compromisso com uma educação pública e de qualidade unem forças para, em mais uma tarefa colaborativa, atender as demandas da sociedade.

3.3 OBJETIVOS DO CURSO

O presente Curso tem como objetivo geral, ofertar formação pedagógica, para profissionais graduados, não licenciados, capacitando-os para o exercício do magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de acordo com os Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

3.3.1 Objetivos Específicos do Curso

- Instrumentalizar o profissional da Educação Profissional e Tecnológica, em sua área de atuação e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do educador;
- Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;
- Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- Compreender a educação de jovens e adultos;
- Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional.
- Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;

- Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento

4. PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - a Distância - em rede, os candidatos deverão ter concluído Curso de graduação/ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á por processo seletivo público.

5. REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Série
Regime de Ingresso	Anual
Turno de Oferta	Independe de Turno – Curso na modalidade à Distância
Número de vagas	50 vagas, por polo/campus, ofertante, ampliável, conforme demanda da região

6. DURAÇÃO

Duração do Curso	2 anos
Prazo máximo de integralização	4 anos
Carga horária em atividades acadêmicas	1.020 horas
Estágio Profissional Supervisionado	300 horas
Atividades Complementares	200 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	120 horas
Carga horária total do Curso	1.640 horas

7. TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo prática como componente curricular, atividades complementares, estágio supervisionado e TCC, o estudante receberá o diploma de **Licenciado na Educação Profissional e Tecnológica**, com habilitação para docência no eixo tecnológico do catálogo nacional de cursos técnicos, que tenha aderência ao seu curso de graduação original**.**

8. PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

A descrição do perfil do egresso e do campo de atuação do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**, atende a Resolução CNE/CP nº 2/2015, como passamos a descrever a seguir.

O Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**, oferecido na modalidade a distância, e em caráter de cooperação entre Institutos, em rede, tem seu currículo estruturado no regime anual, sendo, os estágios supervisionados e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluído ao longo dos anos.

O curso, ofertados a portadores de diplomas de curso superior, formados em cursos relacionados à habilitação pretendida, possui carga horária superior a mínima apontada na legislação – 1.540 horas de efetivo trabalho acadêmico.

No âmbito desta proposta foram contemplados no currículo conteúdo da área de conhecimento e/ou interdisciplinares, conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A estrutura curricular do curso visa desenvolver, nos estudantes, competências e habilidades didático-pedagógicas, no exercício da atuação docente, através do aprendizado na perspectiva da interface e da transversalidade com vista à formação da cidadania universal e da formação profissional.

Aliada a essa vertente, na formação deste profissional, primamos pela integração dos conhecimentos viabilizados pelas atividades de formação que serão desenvolvidos ao longo do curso e pelo Seminário de Final de Curso, onde todos os estudantes apresentarão o resultado de seus trabalhos práticos e de investigação, os quais deverão ter como princípio norteador a multidisciplinaridade.

A estrutura curricular se desdobra em unidades curriculares que se propõem a responder as questões, para além dos entendimentos de senso comum. Fará parte, perpassando todo o currículo, um conjunto de conteúdos que são fundamentais.

8.1 PERFIL PROFISSIONAL

O perfil profissional do egresso do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** contempla o domínio dos saberes docentes que incluem conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições escolares e não-escolares, no âmbito da Educação Profissional. Um profissional capaz de criar e produzir propostas educativas, no universo da educação profissional, em diferentes realidades escolares, trabalhando coletivamente, elaborando e mediando a construção de materiais didáticos apropriados às realidades nas quais estiver inserido.

Um profissional com uma postura política e ética, que estimule a difusão e a construção do conhecimento, possibilitando aos seus alunos condições de descoberta (ou redescoberta) do prazer de aprender.

A tarefa do educador, licenciado na educação profissional, é extremamente complexa, exigindo decisões imediatas e ações, muitas vezes, imprevisíveis. É importante que ele aprenda a observar, a formular questões e hipótese e a selecionar os instrumentos e dados que o ajudem a elucidar seus problemas e a encontrar caminhos alternativos na sua prática pedagógica.

8.1.1 - Competências profissionais

A proposta pedagógica do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**, com base nas Diretrizes Curriculares, estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens no universo da educação profissional;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da educação profissional;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir

para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área técnico/tecnológica, educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
- Organizar o trabalho pedagógico, planejando-o e avaliando-o numa visão integrada com os demais membros envolvidos no processo educativo;
- Realizar atividades de planejamento didático-pedagógico pautado em valores como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;
- Articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Compreender a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção a partir do conhecimento dos aspectos filosóficos, sociais, antropológicos, históricos, econômicos, políticos e culturais que a configuram e a condicionam.

8.2 CAMPO DE ATUAÇÃO

O Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** habilita o egresso a atuar como docente na Educação Profissional e Tecnológica no Eixo Tecnológico do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que tenha aderência ao seu curso de graduação original.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 METODOLOGIA

A concepção de um curso de graduação a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial. Assim, por suas características, a Educação a Distância, supõe um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação a Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, não se pode deixar de ter em conta, o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita,

em grande medida, a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que, mesmo investindo em materiais impressos, não se pode abrir mão de projetar também a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, como o CD-ROM e de elementos interativos que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado em parceria, pelos seis Institutos parceiros e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade contemplando os Guias do Curso e Manual do Cursista, Guia Didático das Disciplinas (por período), Caderno Didático das Disciplinas (por período). Faremos uso, ainda, dos materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios, bem como os produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da rede.

A Educação a Distância vem apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

A rotina do curso envolve estratégias que devem ser perseguidas pela equipe que o constitui:

- Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas e dos semestres.
- Todas as disciplinas devem ser apresentadas no AVA, divididas em semanas, de acordo com o calendário. Antes da disponibilização para os alunos o professor responsável pela elaboração da disciplina, que poderá ser de qualquer uma das instituições ofertantes, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e a distância delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.
- No AVA deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.

- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura desta rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.
- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/ participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, emails, whatsApp, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.
- Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.
- Cada disciplina deverá propor suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construírem uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Aprendizagem para interagir dialogicamente.
- Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca setorial, para que possam executar as atividades propostas pelos professores auxiliados pelos tutores presenciais.
- Ao fim de cada disciplina, o aluno terá um período denominado de **refazer** em que ele terá oportunidade de recuperar, ao longo do período, de forma paralela atividades e conteúdo sem aproveitamento total.

9.1.1 Sistema de Tutoria

O Sistema Tutorial de apoio pedagógico consistente e contínuo é uma ferramenta que possibilitará a operacionalização do curso, de forma a atender os acadêmicos nas modalidades individual e coletiva, incluindo a tutoria presencial e a distância, cuja metodologia de trabalho oportuniza a constituição de redes de educadores, conectando professores – tutores – acadêmicos – coordenação.

Por sua característica de ligação constante com os acadêmicos, o tutor é quem poderá responder com exatidão sobre o desempenho, as características, as dificuldades, desafios e progressos de cada um deles. O Curso contará com duas modalidades de tutoria: presencial e a distância.

A presença e disponibilidade do tutor têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel importante da tutoria é o de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

9.1.1.1 Tutoria Presencial

Esse tipo de tutoria é muito importante. É o espaço em que pode ocorrer, com mais frequência, o contato pessoal do tutor com o acadêmico. Na modalidade presencial, o tutor será presença constante, tanto nos Polos Presenciais, quanto nas instituições em que o acadêmico irá estagiar, orientando-o sempre a refletir, investigar, questionar a sua ação docente, ao mesmo tempo em que irá propor ações para a transformação da prática pedagógica em pontos considerados estranguladores do processo. Cada curso terá um tutor presencial no polo.

Os tutores presenciais devem se reunir com os acadêmicos, no começo do curso, para que sejam efetivadas as apresentações iniciais para a troca de endereços, telefones, e-mails e, ainda, a explicação da atuação da tutoria no processo de ensino e de aprendizagem. Deverá disponibilizar horários de atendimento, 20 horas semanais no polo, para atendimento presencial e/ou on-line. Este processo estimula o intercâmbio de experiências, construções coletivas e individuais de conhecimentos, além de permitir o confronto de ideias nas mais variadas atividades que serão desenvolvidas ao longo do curso. Os encontros presenciais devem ser organizados pelos tutores presenciais, com

auxílio do professor. Este momento, preferencialmente, será planejado em grupo para que as atividades possam ter critérios semelhantes.

Os encontros presenciais representam momentos de acompanhamento dos acadêmicos e, neles será possível:

- Discussões sobre os conteúdos das disciplinas;
- Elaboração de planejamento dos momentos de estudo em grupo, propostos pelo professor-formador;
- Orientações e sugestões quanto às leituras que deverão ser feitas, auxiliando-os em suas dúvidas (resolvendo ou encaminhando-os para resoluções);
- Acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de Relatórios, e outros procedimentos;
- Proposição de formas auxiliares de estudo;
- Orientação aos acadêmicos sobre a importância da pesquisa científica;
- Favorecimento de troca de experiências e conhecimentos em atividades de grupos;
- Incentivo de debates e produções individuais e coletivas **além o acompanhamento presencial;**
- Acompanhar o aluno, da sua localidade de atuação, no ambiente virtual, verificando os acessos, apoiando os alunos na sua organização pessoal para os estudos e se comunicando continuamente com o professor e tutores virtuais, sendo um parceiro integrado à proposta de cada disciplina e do curso. O acompanhamento geral no ambiente virtual ser responsabilidade dos Tutores a Distância.
- Acompanhar os alunos no AVA, verificando acessos, monitorando atividades em curso, se comunicando via ambiente, e-mail, WhatsApp, dentre outros meios disponível, a fim de verificar ausências e dificuldades nas atividades;

9.1.1.2 Tutoria a Distância

Os tutores a distância farão o acompanhamento das atividades dos cursistas, utilizando o AVA do curso, para esclarecer dúvidas e prestar outras informações. O desafio da tutoria a distância é o de responder prontamente as dúvidas e solicitações dos acadêmicos.

- São atribuições dos tutores a distância:
- Acompanhar os acadêmicos em todas as disciplinas do período;

- Orientar o acadêmico para estudo a distância, incentivando a autonomia da aprendizagem;
- Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos;
- Orientar, com clareza, o acadêmico que apresentar dificuldade para navegar pelo ambiente virtual ou a entender a metodologia adotada no curso;
- Discutir, com o auxílio do Professor Formador de cada disciplina, os conteúdos de cada disciplina;
- Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de Relatórios, e outros procedimentos;
- Dar suporte ao acadêmico que esteja tendo dificuldades em acompanhar os conteúdos;
- Propor estratégias de estudo;
- Orientar os acadêmicos sobre a importância da pesquisa científica;
- Incentivar debates e produções individuais e coletivas;
- Auxiliar o professor na correção de avaliações quando solicitado;
- Representar o professor nos fóruns quando solicitado;
- Fazer um mapeamento, com a finalidade de acompanhamento, dos acessos dos alunos, com vistas a agir preventivamente nos mecanismos que podem desencadear em evasão.
- Promover o sentimento de pertencimento do aluno no curso por meio de propostas de atividades integradoras e comunicação mediada por tecnologia;
- Promover um ambiente igualitário e seguro para as manifestações, incentivando a aprendizagem colaborativa, o tratamento igual a todos os participantes, de modo dialógico, inclusivo e sem formalidades;
- Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a produção;
- Criar um pronunciamento marcadamente pessoal mantendo regularidade de contato tendo como objetivo a promoção da autonomia do aluno.

9.1.2 Material Didático

O curso disponibilizará, ao estudante, materiais importantes para a sua trajetória acadêmica:

- **Guia do Curso** – material que informa sobre os objetivos, metas e estrutura acadêmica do curso. Nele é encontrado os objetivos e metas, a estrutura curricular, as ementas das disciplinas e a orientação de estudo; sobre a metodologia; sobre o corpo docente; sobre critérios e sistemas de avaliação, calendário das atividades presenciais, direitos e deveres dos acadêmicos e outros aspectos gerais sobre o curso.
- **Guia Didático das Disciplinas** – organizado e disponibilizado por período - conterá todo o conteúdo e as atividades das disciplinas a serem cursadas, no período, bem como o cronograma das atividades de aprendizagem de cada período. A apresentação deste material deve ser clara e direta, observando a linguagem específica da EaD. A apresentação do conteúdo deve fazer referência a outras fontes de informação, em especial, ao livro-texto para o aprofundamento de estudos, sugerindo a indicação de obras já disponíveis para a pesquisa em bibliotecas virtuais e/ou físicas.
- **Material didático**, utilizado em cada disciplina, será disponibilizado em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação, além de estar disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), será compilado em dispositivo de armazenamento – CD-rom, pen-drive, HD (enviados pelo Correio) e carregado em nuvem compartilhada com os polos.
- **AVA do curso**, todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterá, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas. Um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas, se comportando como um local em que
- **Softwares, vídeos educativos, livros, Biblioteca Virtual, e periódicos** estarão disponíveis nas bibliotecas dos polos e em espaços virtuais.
- **Referatário/Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos –** Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos, disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação.

9.2 PRÁTICA PROFISSIONAL

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso de **Formação Pedagógica para**

Graduados não Licenciados privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didáticos-pedagógicos indispensáveis ao ofício docente.

No **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**, a prática como componente curricular corresponde a um total de horas de 400 horas, correspondendo às disciplinas do Núcleo de Estudos básicos e Integradores.

9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

O estágio supervisionado caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, constitui-se como uma atividade acadêmico-pedagógica, intencionalmente planejada, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** contempla o Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, integrando a carga horária mínima estabelecida para o Curso, a ser realizando em Instituições de Ensino Profissionalizante tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de competências técnicas e didáticas na atuação junto à docência na Educação Profissional e Tecnológica.

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 300 horas realizado ao longo do curso.

A modalidade operacional do Estágio Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**. (**Anexo I)**

9.2.2 - Estágio não obrigatório

No Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios, não obrigatórios, encontra-se normatizada no regulamento de estágio de cada Instituição Ofertante.

9.3 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao "Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular" apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015 ou ao "Núcleo de Estudos Integradores", conforme Res. CNE/CP Nº 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Para integralizar as 200h, o estudante deverá executar pelo menos cinco diferentes atividades descritas no anexo II deste documento. A atribuição de valores correspondente a atividade de formação do estudante associado ao nível de dificuldade da atividade desenvolvida como atividades complementares do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**.

9.4 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso monográfico sob a forma de artigo.

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática de cada Instituição Parceira, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**. (anexo III)

9.5 - MATRIZ CURRICULAR

MEC/SETEC					
			Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	A PARTIR DE 2018	
			MATRIZ CURRICULAR Nº	**Em rede:** IFSul, IFMA, IFRO, IFRN, IFMT e IFCE	
		CÓDIGO	DISCIPLINAS	Carga Horária	
				T	P
02 ANOS	1º ANO		Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância (1)	60	30
			Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho (1)	90	-
			Didática Geral	50	40
			Didática na educação profissional e tecnológica	50	40
			Metodologias e Estratégias de Ensino (1) T/P	50	40
			Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho (2)	90	-
			Organização e Gestão da Educação (1)	60	-
			Libras (1)	30	30
			Seminário integrador e estudos curriculares I (3)	-	30
		TOTAL 1º ANO		**480**	**210**
				690	
	2º ANO		Educação Profissional	45	45
			Educação de Jovens e Adultos (1)	45	45
			Educação Especial na perspectiva Inclusiva (1)	30	30
			Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT (2)	30	30
			Seminário integrador e estudos curriculares II (3)	-	30
		SUBTOTAL		**150**	**180**
				330	
		Estágio			
			Estágio Supervisionado	-	300
		TOTAL 2º ANO		**150**	**480**
				630	
	CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS (A)			1.020	
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (B)			120	
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (C)			200	
	ESTÁGIO (D)			300	
	CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D)			**1.640**	

9.5.1 Estrutura dos Núcleos do Curso

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (1)		
Componente curricular	Carga Horária (60 minutos)	ANO
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	90	1º
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90	1º
Didática Geral	90	1º
Didática na educação profissional e tecnológica	90	1º
Metodologias e Estratégias de Ensino	90	1º
Processos Educativos e de Gestão	90	1º
Organização e Gestão da Educação	60	1º
Libras	60	1º
Educação Profissional	90	2º
Educação de Jovens e Adultos	90	2º
Educação especial na perspectiva inclusiva	60	2º
Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	60	2º
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (2)		
Estágios Supervisionados		
Estágio Supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica	300	1 e2º

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (3)		
Seminário integrador e estudos curriculares	60	1º e 2º

9.6 - DISCIPLINAS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

Primeiro ano

1º ANO	
DISCIPLINA: Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Concepções e tendências pedagógicas. Modelos educacionais em EaD. Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web**.** Mineração de Dados em EaD. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.	
Bibliografia Básica BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2009. CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. Instrumentalização para o ensino a distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. *MILL, Daniel. Escritos sobre educação - Desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus,2017.*	
Bibliografia Complementar BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente. Florianópolis: Pandion, 2015. CARVALHO, R. N. de. Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sociointeracionista, 2010. CASTRO, Leandro Nunes de; FERRARI, Daniel Gomes. Introdução à Mineração de Dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2016. DEMO, P. Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. Brasília: Editora Plano, 2001. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica, Papirus, 21ª ed, 2013.	

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Estado, Sociedade, Educação e Economia Capitalista. Educação e Trabalho em uma perspectiva Emancipatória. Introdução às teorias filosóficas da educação à luz dos autores clássicos e contemporâneos. Filosofia e prática docente. Evolução histórica da educação e do trabalho. A educação e o Trabalho no contexto histórico-cultural brasileiro. Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos no Brasil Contemporâneo.	
Bibliografia Básica FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2015. FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2001. MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
Bibliografia Complementar LIMA, J. C. F.; NEVES, L. W. (Orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira República. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.	

OLIVEIRA, D. A. Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
PONCE, A. Educação e luta de classes. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Ver. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2011.

DISCIPLINA: Didática Geral	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Didática: Conceito, histórico e tendências pedagógicas; A didática na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem: tendências pedagógicas e a evolução histórica; A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem. O planejamento em seus diversos níveis: metodologias de ensino; recursos didáticos e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2008. VEIGA, I. P. A. (Org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.	
Bibliografia Complementar COMÊNIO, J. A. A Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 2002. FAZENDA, I. (orgs). Didática e Interdisciplinaridade. 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. GADOTTI, M. R., J. e. (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. São Paulo: Cortez, 2000. LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2005 ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	

DISCIPLINA: Didática na educação profissional e tecnológica	
Vigência: a partir de 2019	**Período letivo:** 1º ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Didática na e para a educação profissional. A organização curricular e o ciclo didático na EPT. Pesquisa, inovação tecnológica e Extensão como princípios educativos. Integração curricular, interdisciplinaridade e o processo de ensino-aprendizagem em espaços escolares e não escolares. Didática e práxis pedagógica na EPT.	
Bibliografia Básica ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2013.	

Bibliografia Complementar

AUXILIADORA, Maria; OLIVEIRA, Monteiro. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas: São Paulo, 2003.
FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
SOUZA, T. N. de; SILVA, S. C.; BATISTA, E. L. Desafios e perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação docente. São Paulo: Paco Editorial, 2013.
SACRISTÁN, J. Gimeno.; GÓMEZ, A. I. Perez. Compreender e transformar o Ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; MEC/SESu, 2006.

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de Ensino	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Teorias dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Prática docente, modelos de ensino e processos de formação. O processo de ensino e de aprendizagem e o professor como mediador. Dificuldades de aprendizagem e processos avaliativos.	
Bibliografia Básica	
LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem. 1ª São Paulo: Cortez, 2011. NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	
Bibliografia Complementar	
AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo. 2. Ed. México: Trillas, 1983. GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. Porto Alegre: ARTMED, 1996 MOREIRA, Marco Antonio. Aprendizagem significativa. Porto Alegre: Ed. do autor, 2006. OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. Aprender e ensinar. 5.ed. São Paulo: Global, 2002. NUÑEZ, I. B; Ramalho, B. L. (Org.). Fundamentos do ensino aprendizagem das ciências naturais e da matemática: o novo ensino médio. Porto Alegre: Sulina, 2004.	

DISCIPLINA: Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Concepções de Teorias Educacionais e suas interfaces na gestão de processos pedagógicos. Ações educativas em diferentes instituições e grupos sociais, revelando seus condicionantes sócio-políticos e seus processos de Resolução de Problemas.	
Bibliografia Básica	
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escolar pública. 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática. 2001. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. 3. ed., rev. e ampl.. Goiânia: Alternativa. 2001. LÜCK, Heloísa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	
Bibliografia Complementar	
CHARLOT, B.. Da relação com o saber. Porto Alegre, Artes Médicas: 2000. LÜCK, H. Planejamento em orientação educacional. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. PADILHA, R . P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo:Cortez; instituto Paulo Freire, 2001. VEIGA, I. P. (org). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.	

DISCIPLINA: Organização e Gestão da Educação	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 60 h	**Código:**
Ementa: Políticas Públicas e Financiamento da Educação; Gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; A organização da educação básica brasileira no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sistema(s) de ensino: a visão teórica e o marco legal. O planejamento e financiamento educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Avaliação institucional. Formação docente no âmbito das políticas de formação no Brasil.	
Bibliografia Básica AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública:** polêmicas de nosso tempo. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. SAVIANI, D. Da **Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra Política Educacional. São Paulo: Autores Associados, 2002.	
Bibliografia Complementar ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de; MORAIS, P. S. de. **O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação**. Brasília: Liber Livro, 2009. AUXILIADORA, M.; OLIVEIRA, M. **Políticas públicas para o ensino profissional:** o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas, SP: Papirus, 2003. AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública:** polêmicas de nosso tempo. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. et al. **Pontos e contrapontos da política educacional:** uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2008. FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.	

DISCIPLINA: Libras – Língua Brasileira de Sinais	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 60 h	**Código:**
Ementa: Noções básicas sobre a educação de surdos e sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Compreensão de semelhanças e diferença entre LIBRAS e Português. Introdução à gramática da Língua Brasileira de Sinais.	
Bibliografia Básica BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 2006 – (Coleção Primeiros Passos). FELIPE, Tanya Amara. LIBRAS em contexto. Rio de Janeiro: MEC/SEESP - FENEIS, 2001. QUADROS, Rocine Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Bibliografia Complementar BUENO, José Geraldo Silveira. A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. Em Aberto, Brasília, DF, ano 13, nº 60, 1993. ORLANDI, Eni Pulcinelli. O que é linguística. São Paulo: Brasiliense, 1998 – (Coleção Primeiros Passos). SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999. MOURA, M. C. de. O surdo: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.	

DISCIPLINA: Seminário integrador e estudos curriculares I	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro ano
Carga horária total: 30 h	**Código:**
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.	
Bibliografia Complementar GIL. Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Ed.Atlas, 2008 GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: ARTMED, 2006 MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.	

Segundo Ano	
DISCIPLINA: Educação Profissional	
Vigência: a partir de 2019	**Período letivo:** segundo ano
Carga horária total: 60 h	**Código:**
Ementa: Educação e trabalho. Sujeitos da Educação Profissional. Trajetória histórica da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da educação profissional e tecnológica. O trabalho como princípio educativo. Políticas de educação profissional no Brasil; Integração da educação profissional com a educação básica. Currículo, Transdisciplinaridade e Educação Tecnológica. **Fundamentos para a Formação de Professores no Ensino Tecnológico. Trabalho Pedagógico e Político no Ensino Tecnológico.**	
Bibliografia Básica ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011. FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. MOLL, Jaqueline e Colaboradores. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.	

Bibliografia Complementar
BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. Tecnologia e Interação. Coletânea Educação e Tecnologia – CEFET-PR. Curitiba, 1998. FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação No Brasil de Hoje in: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. LIMA, Júlio César França (org.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. MARX, Karl. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas, SP: Navegando, 2011. MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. MOURA, Dante Henrique. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas: Mercado de Letras, 2014.4. MOURA, Dante Henrique (org.). Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. 240 p. il.

DISCIPLINA: Educação de Jovens e Adultos	
Vigência: a partir de 2019	**Período letivo:** segundo ano
Carga horária total: 90 h	**Código:**
Ementa: Fundamentos históricos e políticos da EJA. Sujeitos da EJA: Identidade do educador e do educando da EJA. Concepções Teóricas e Práticas. Pressupostos teóricos da EJA. Metodologias e estratégias de ensino. Estratégias político-didático-pedagógicas. Diversidade e Cidadania. Alfabetização e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação. Currículo, Direitos Humanos e Economia. Projeto de Intervenção Social.	
Bibliografia Básica FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970. GADOTTI, Moacir; ROMÃO José E. (Orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. ARROYO, Miguel G. Currículo, Território Em Disputa. Petrópolis: Vozes, 2012.	
Bibliografia Complementar GERALDI, João Wanderley. (Org.) O Texto na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 2003. KAUFMAN, Ana M e Rodriguez, Maria Helena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Soares, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Soares, Magda. **Alfabetização em processo.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.	

DISCIPLINA: Educação Especial na perspectiva Inclusiva	
Vigência: a partir de 2019	**Período letivo:** segundo ano
Carga horária total: 60 h	**Código:**
Ementa: Assegurar os direitos de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos na escola; A Educação Especial como estratégia de inclusão escolar de crianças, jovens e adultos; O papel do Pedagogo na escola inclusiva; compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças, jovens e adultos, com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, no cotidiano da sala de aula e na Sala de Recursos Multifuncional.	
Bibliografia Básica BRASIL. Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. DOMINGUES, C. A. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010. JUNKES, Amélia de Oliveira. Formação de professores e condições de atuação em educação especial. Florianópolis: Insular, 2006.	

Bibliografia Complementar
MANTOAN, M. T. E. (org). Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003 MAZZOTTA, José Marcos da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. MILANEZ, Simone Ghedini Costa. Deficiência intelectual: conhecimentos para uma prática educacional inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S., OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (Org.). Inclusão escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe, 2008, p. 45-63. MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: ARTMED, 2003. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

DISCIPLINA: Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	
Vigência: a partir de 2019	**Período letivo:** segundo ano
Carga horária total: 60 h	**Código:**
Ementa: O currículo como construção social e cultural. Teorias curriculares. O projeto pedagógico-curricular. Temas atuais e currículo. O processo curricular na perspectiva da integração da educação básica com a educação profissional. Concepções e princípios do currículo integrado. A organização do currículo integrado. O currículo integrado e a prática docente por meio de projetos interdisciplinares.	
Bibliografia Básica FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. ; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.	
Bibliografia Complementar ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013. COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.	

DISCIPLINA: Seminário Integrador e Estudos Curriculares II	
Vigência: a partir de 2019	**Período letivo:** segundo ano
Carga horária total: 30 h	**Código:**
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.	

Bibliografia Complementar
GIL. Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Ed.Atlas, 2008 GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: ARTMED, 2006 MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica - na área de Formação	
Vigência: a partir de 2018	**Período letivo:** primeiro e segundo ano
Carga horária total: 300 h	**Código:**
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar da Educação Profissional na área específica de formação acadêmica, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação profissional.	
Bibliografia Básica BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia. Resolução CNE/CP 1/2006. Brasília, DF: MEC/SESU, 2006. Disponível em: Acesso em: 08/10/2017. KUENZER, A. Z. Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: Ferreira, N.; Aguiar, M. (Org.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002. Pg 47-78. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.	
Bibliografia Complementar EVANGELISTA, Olinda. Curso de pedagogia: propostas em disputa. Exposição realizada no 1o Encontro Catarinense de Estudantes de Pedagogia. Mesa-Redonda com Helena de Freitas (ANFOPE) e Beatriz Luce (CNE). UFSC, 2007. Disponível em: Acesso em 08/10/2017 SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. MORAES, M. C. **O paradigma Educacional Emergente**. São Paulo: Papirus, 1997. PAQUALY, L. (e Orgs.). **Formando Professores Profissionais**. São Paulo: Artmed Editora, 2001.	

9.7 - FLEXIBILIDADE CURRICULAR

O Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede - implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação educacional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em atividades complementares, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, participação em eventos, atividades de

iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso, experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos acadêmicos com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

9.8 - POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

O Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede - implementa, na sua organização curricular, temas como ética, meio ambiente e questões socioambientais, inclusão social, relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Visa, com esta estratégia formativa, a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Percebemos o processo de formação dos profissionais do magistério como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação.

9.9 - POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), o Instituto Federal

de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), parceiros desta proposta, possuem diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Plantão de Tutoria;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;
- Ambientes de acesso e aprofundamento de conteúdos curriculares

9.10 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), do Instituto Federal de

Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e do e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), o curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - a Distância - em rede, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou

com mobilidade reduzida; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, O Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

9.11 - FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), parceiros desta proposta, respeitada sua organização acadêmica, contempla, em sua dinâmica e estrutura, a

articulação entre ensino, pesquisa e extensão garantindo efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede (PPC).

Pautados em uma concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz a práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições de educação, através:

a) Da integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural vislumbrando o pleno exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
b) da construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;
c) da disponibilização de acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional;
d) de dinâmicas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento cognitivo por meio de visão ampla do processo formativo, em diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;
e) de um processo pedagógico em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;
f) ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos envolvidos no processo;
g) à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso,

incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

h) à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

i) à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e ou, ainda, estudos regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática de cada uma das Instituições parceiras, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída

para este fim. A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados por cada Instituição.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado, deste trabalho, deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação, no curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - a Distância - em rede, é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do aprendiz favorecendo a sua aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa no universo pedagógico, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões favoráveis à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação contínua e cumulativa, de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho do(a) professor-estudante e docentes e à relação professor-professor-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual. Para tanto, o professor-estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do professor-estudante ao longo de todo o período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDB em vigor e o Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Sendo assim, acreditamos ser de suma importância, a utilização de instrumentos diversificados, pelo professor, que possibilite observar o desempenho do professor-estudante nas atividades desenvolvidas durante seu processo formativo.

Partindo destes princípios, destacamos a avaliação do desempenho, no âmbito do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede, será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como participação em fóruns de discussão, elaboração de textos, artigos, sínteses, trabalhos, desenvolvimento de projetos, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática de cada uma das Instituições parceiras e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

11.2 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede levanta dados sobre a realidade curricular por meio de avaliação docente, feita pelos alunos, reuniões de colegiado de curso, acompanhamento do rendimento, permanência e êxito dos estudantes.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

As discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

13 – PESSOAL DOCENTE

O Corpo Docente para atuar nos cursos da UAB – Professores Formadores e Tutores – será composto, preferencialmente, por professores pertencentes ao quadro de servidores do IFSul, do IFMA, do IFRO, do IFRN, do IFMT, do IFSULDEMINAS, IFG, do IFRJ e do IFAM em parceria.

Item	Nome do docente	Titulação	Instituição	Link do lattes
1.	Bárbara Hees Garré	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8965428715189683
2.	César Costa Machado	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/1466922162176128
3.	Eloisa Maria Wiebusch	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/0335655296150934
4.	Fabiana Zafalon Ferreira	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/4738293642918688
5.	Guilherme Ribeiro Rostas	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/3514196639632121
6.	Laura Brenner de Moraes	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/1362310290702459
7.	Luciane Albernaz de Araújo Freitas	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8545354133074785
8.	Luís Otoni Meireles Ribeiro	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/5778704270592010
9.	Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/0038767974020696
10.	Maria Carolina Fortes	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/0863111541216391
11.	Maria Regina Rosa Lima	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/7137523289270244
12.	Marla Cristina da Silva Sopeña	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/7038770130425746
13.	Rafael Montoito Teixeira	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8190742787917024
14.	Ricardo Rios Villas Boas	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/6371400939579436
15.	Rosane Bom Hüsken	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/9010739905351220
16.	Sandra da Silva Machado	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8533657571069180
17.	André Luís Silva dos Santos	Doutor	IFMA	http://lattes.cnpq.br/8177263015165738
18.	Carolina Pereira Nunes	Mestre	IFMA	http://lattes.cnpq.br/8895313923564938
19.	Debora Ribamar Macedo Ribeiro	Especialista	IFMA	http://lattes.cnpq.br/3934567438072218
20.	Simone Costa Andrade dos Santos	Mestre	IFMA	http://lattes.cnpq.br/9985700735166693
21.	Vania Mondego Ribeiro	Doutor	IFMA	http://lattes.cnpq.br/2802790548107913
22.	Abigail Noadia Barbalho da Silva	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/5737423119459842
23.	Ana Lucia Sarmento Henrique	Doutora	IFRN	http://lattes.cnpq.br/0475297305451211
24.	Artemilson Alves de Lima	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/6247523502996479
25.	Claudia Pereira de Lima Parente	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/1261513624242191
26.	Edneide da Conceição Bezerra	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/3759724967134898
27.	Ernesto Alexandre Tacconi Neto	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/3209679211732958
28.	Gueidson Pessoa de Lima	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/7395066847816154
29.	Helenice Lopes Barbosa	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/7633730741399088
30.	Ivoneide Bezerra de Araujo Santos Marques	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/9947435577598028
31.	Jose Roberto Oliveira dos Santos	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/1649481232106447
32.	Marcio Adriano de Azevedo	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/2689467070016983
33.	Marilia Goncalves Borges Silveira	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/7088140269107885
34.	Narla Sathler Musse de Oliveira	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/2477295938118466
35.	Patrícia Carla de Macedo Chagas	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/6019611957789728
36.	Silvia Regina Pereira de Mendonca	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/1645016764489320
37.	Thalita Cunha Motta	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/9872376684254476
38.	Ana Claudia Dias Ribeiro	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/4976640769881483
39.	Anabela Aparecida Silva Barbosa	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/2900527189559181
40.	Angelina M. De Oliveira Licorio	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5778704270592010
41.	Ariádne Joseane Felix Quintela	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
42.	Danielli Vacari De Brum	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/1517644776688523
43.	Denise Ton Tiussi	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/1033101348753780
44.	Diego Augusto Doimo	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/9451331919316917
45.	Euliene Da Silva Gonçalves	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/4941273797552731
46.	João Batista T. De Aguiar	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/8575663992123444
47.	Jonimar Silva Souza	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924
48.	Lady Day Pereira De Souza	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
49.	Letícia Carvalho Pivetta Fendt	Doutor	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5131655612107506
50.	Michele Gomes Noé Da Costa	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/3113884239423625
51.	Michely Clara Moret	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/3450670498987248
52.	Miguel Fabrício Zamberlan	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/8065780652368675
53.	Rafael Nink De Carvalho	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
54.	Samuel Dos Santos Junior	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5947565184613653
55.	Sergio Francisco Loss Franzin	Doutor	IFRO	http://lattes.cnpq.br/2628467075870671
56.	Silvia Maria dos Santos Stering	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/0248106319118707
57.	Marilane Alves Costa	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/0318763827398618
58.	Constantino Dias da Cruz Neto	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/2123218264214406
59.	Vera Cristina Quadros	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/2844512661950209
60.	Nilce Vieira Campos Ferreira	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/3948893613479712
61.	Maria Anunciata Fernandes	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/9543296685846429

62.	Carlos Andre de Oliveira Camara	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/9026268967785168
63.	Edson Gomes Evangelista	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/7745670578276227
64.	Jorge Alberto LAgo Fonseca	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/1714809318609577

14. INFRAESTRUTURA DOS PARCEIROS

14.1 Infraestrutura – IFSUL

A Coordenadoria de Produção de Tecnologia Educacional (CPTE) e o Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) estão localizados no prédio da Reitoria do IFSul, na rua Gonçalves Chaves, nº 3218, em Pelotas – RS, ocupando oito salas descritas no item 14.1, situadas no térreo e terceiro pavimento, atendido por dois elevadores e duas escadas para saídas de emergência.

14.1.1 – Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes

Estrutura voltada ao curso disponível para professores e coordenadores

Identificação	Área (m²)
Sala 313 – espaço para coordenação e administração da CPTE	15,91
Sala 312 – espaço de trabalho dos designers instrucionais para reuniões, planejamentos, junto aos autores/conteudistas e diversas equipes de produção de materiais didáticos; espaço de atendimento da tutoria de cursos oferecidos a distância.	54,26
Sala 311 - espaço de produção e manutenção de material didático e ambientes de aprendizagem, contando com equipes de design gráfico, de hipermídia e de tecnologia da informação.	64,28
Estúdio de áudio - espaço para captura e edição de vídeos	38,48
Estúdio de vídeo - espaço para a captura e edição de áudios	95,63
Sala 315 - espaço da chefia do Departamento de Educação a Distância (DETE), da coordenação de Projetos Especiais (COPES) e das coordenações sistêmicas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Rede e-Tec Brasil (e-Tec)	25,00
Sala 316 - sala das coordenações de cursos sistêmicos EaD e das equipes multidisciplinares da EaD.	65,00
TOTAL	378,56

Sala 313 – sala para coordenação e administração da CPTE:

Equipamentos: sala com dois (02) desktops, impressora laser P&B, um (01) scanner de mesa, telefone, mesas de trabalho e de reuniões.

Sala 312 – espaço de trabalho dos designers instrucionais e tutoria de cursos ofertados:

Equipamentos: sala com dez (10) desktops para monitoria, dezesseis (16) notebooks para equipes de designers instrucionais e autores/conteudistas; duas (02) lousas digitais, dois (02) projetores multimídia.

Destaques: sala com duas (02) mesas amplas de reunião e trabalho colaborativo, com dois (02) televisores LCD (monitores) de 40" FULL HD 1080, rede lógica cabeada e wi fi.

Sala 311 - espaço de produção e manutenção de material didático e ambientes de aprendizagem:

Equipamentos: sala com amplo espaço que possibilita e facilita o trabalho colaborativo, conjunto das equipes de produção de material didático e manutenção dos ambientes de aprendizagem, telefone, 19 desktops e notebooks (PCs e Apple), televisor LCD (monitores) de 50" FULL HD 1080, televisor LCD (monitores) de 47" FULL HD 1080, rede lógica cabeada e wi fi.

Destaques: sistemas de gerenciamento da produção educacional próprios.

Estúdio de vídeo:

Um estúdio de vídeo com 3 cenários (cenário com TV, fundo infinito ou chroma key) e painéis móveis em chroma key, permitindo variações de composição de cena, com isolamento acústico adequado e equipamentos, como câmeras profissionais de vídeo, iluminação suspensa, teleprompter, tripés, dollys para travelling, mesas de áudio, vídeo e streaming, além de microfones e outros equipamentos necessários à captura de vídeo aulas. Anexo a esta sala há outra para guarda de materiais e outra para edição não linear de vídeos, com 5 ilhas de edição de última geração, equipadas com software Adobe e periféricos adequados ao uso.

Estúdio de vídeo:

Um estúdio de áudio e web conferência, com opção de chroma key, isolamento acústico adequado e equipamentos necessários à captura de áudio e transmissão de videoconferências, como microfones, câmeras, mesas de áudio, vídeo e streaming,

tripés, pop filters e teleprompter, além de uma sala anexa a esta com 3 ilhas de edição de áudio e vídeo.

Sala 315 – sala para chefia departamento (DETE) e coordenação geral COPES, UAB e e-Tec:

Equipamentos: sala com seis (06) desktops, um (01) scanner de mesa, telefone, mesas de trabalho e de reuniões.

Sala 316 – sala para coordenações de cursos sistêmicos EaD e suas equipes multidisciplinares:

Equipamentos: sala com quinze (15) notebooks, um (01) scanner de mesa, telefone, mesas de trabalho e de reuniões.

Destaques: projetor multimídia e quadro magnético com lousa interativa (e-Beam)

Estrutura mínima voltada ao curso disponível nos campi/polos de apoio presencial

Identificação	Área (m²)
Sala de Aula Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	75,00
Sala de videoconferência com 40 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.	75,00
Auditório com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.	200,00
Biblioteca com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos	250,00
Laboratório de Informática Com 10 máquinas, softwares e projetor multimídia.	90,00
Laboratório de Estudos de Informática Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por professor-estudantes	80,00
TOTAL	770,00

Laboratórios de informática: Os polos de apoio presencial, em especial, os campi do IFSul, contam com, no mínimo, dois laboratórios de informática. Os mesmos contêm, no mínimo, dez computadores desktop com kit multimídia e acesso à internet. As salas possuem projetor multimídia e superfície de projeção adequada.

14.1.2 – Infraestrutura de Acessibilidade

O prédio da reitoria onde se localiza a DETE/CPTE/UAB/e-Tec é atendido por dois elevadores e rampas de acesso a cadeirantes para acesso ao térreo e elevadores.

Os campi/polos de apoio presencial do IFSul possuem condições de acessibilidades previstas as duas instalações, com rampas de acesso, sanitários e bebedouros adaptados.

Nos campi para a acessibilidade existem sanitários próprios, com portas amplas e com barras adequadas. Existem vagas para os automóveis de deficientes físicos que estão determinadas em local de fácil acesso, no estacionamento.

Atendendo o que determina a Lei Federal No. 10.098/2000 e a Portaria MEC N.o 1.679/1999, citamos os seguintes itens:

- Rampas com corrimãos e elevador que permitam o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição;
- Rampas com corrimãos e elevador que permitam o acesso do estudante com deficiência física as salas de aula/laboratórios da instituição;
- Reservas de vagas em estacionamento interno para pessoas com necessidades especiais;
- Banheiros adaptados com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;
- Telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas

14.1.3 – Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso

Laboratórios de informática específicos

Os polos de apoio presencial, em especial, os campi do IFSul, contam com, no mínimo, dois laboratórios de informática específicos. Os mesmos contêm, no mínimo, dez computadores desktop com kit multimídia e acesso a internet. As salas possuem projetor multimídia e superfície de projeção adequada.

Brinquedoteca

Está prevista a aquisição de kits de brinquedos, softwares educativos, para a sala da brinquedoteca. Os polos de apoio presencial, em especial, os campi do IFSul, contam em sua maioria com kits de robótica educacional para o desenvolvimento de atividades lúdicas e educacionais. Os polos de apoio presencial pertencentes a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em sua maioria, já desenvolvem cursos de licenciatura com outras instituições públicas e já dispõe de brinquedoteca.

14.2 INFRAESTRUTURA – IFMA

Informações sobre responsabilidade do Parceiro IFMA.

14.3 INFRAESTRUTURA – IFRN

INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA

O IFRN goza de plenos direitos para ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância concedidos pela Portaria de autorização nº 871, de 07 de abril de 2006, do Ministério da Educação. Ademais, aliada à sua experiência em EaD, na produção de teleaulas para o curso à distância do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania **-** Proitec, dispõe de infraestrutura física para realização de cursos na modalidade à distância, compreendendo:

- três laboratórios de Informática;
- provedor de Internet;
- Rednet;
- três auditórios equipados para videoconferência;
- um estúdio de produção multimídia;
- videoteca;
- biblioteca
- uma sala de treinamento;
- uma sala de reuniões e estudo;
- uma sala de produção de material multimídia;
- uma sala de coordenação.

As experiências de educação à distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um

indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e deverão, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, videoaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com computadores com acesso a Internet banda larga e webcam (assessório que permitirá ao educando não apenas a assistir às videoconferências, mas também a interagir com os orientadores à distância), além de telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria à distância.

INSTALAÇÕES EM GERAL E SALAS DE AULA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte apresenta, em todos os seus *campi,* infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99, procurando sempre renovar os antigos espaços, com reformas, que possibilitem esse acesso.

As atividades acadêmicas do IFRN são desenvolvidas em 21 *campi,* cujos prédios possuem ampla área livre. Diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, centro de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, complexo desportivo e de lazer, assim como estacionamento próprio.

Os laboratórios de Informática são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso são dotadas de quadros de lousa brancos, tela para projeções por meio de retroprojetor e projetor multimídia, computador conectado à rede mundial de computadores (Internet). Espaço físico adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido às salas disporem de boa ventilação e iluminação.

BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo, 3 (três) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 exemplares por título.

LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

Quadro 03 – Descrição do Laboratório 1 de informática.

Laboratório: de Informática	**Área (m^2)**	**m^2 por bancada**	**m^2 por aluno**
	64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
31 bancadas com 31 cadeiras, incluindo a do professor..			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)		
5	Estabilizadores de 5KVA		
1	Switch gerenciável		
1	Rack de parede fechado		

Quadro 04 – Descrição do Laboratório 2 de informática.

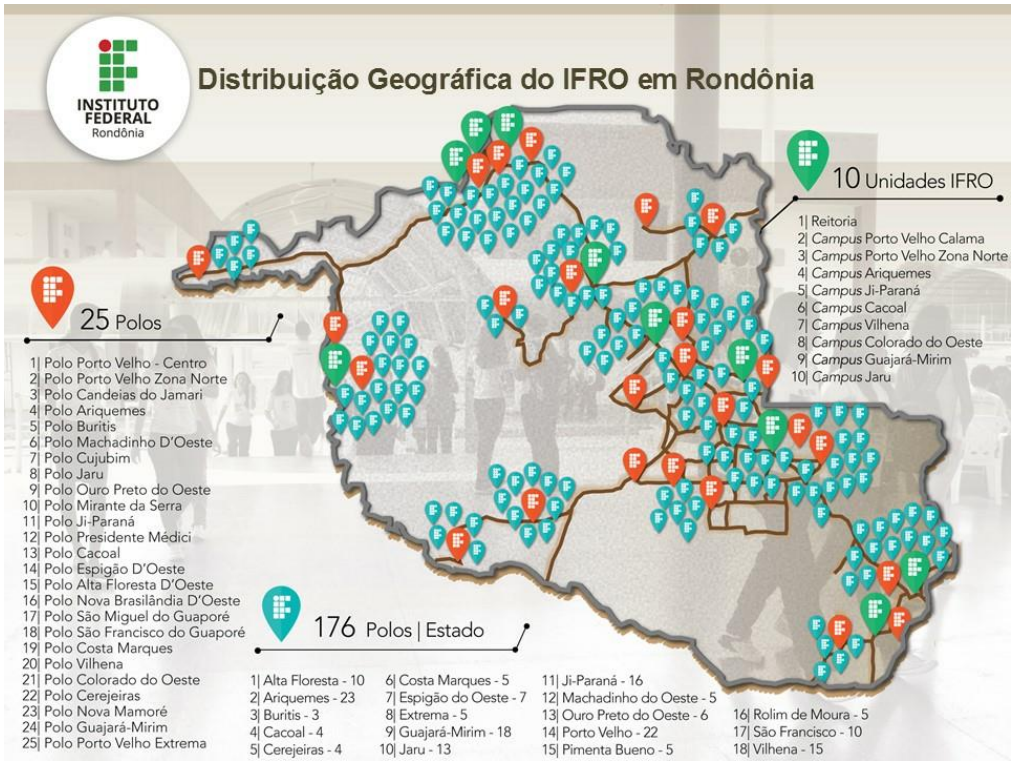
Laboratório: Prático de estudos	**Área (m^2)**	**m^2 por bancada**	**m^2 por aluno**
	64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
31 bancadas/mesas e 31 cadeiras.			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)		
5	Estabilizadores de 5KVA		
1	Switch gerenciável		
1	Rack de parede fechado		

14.4 INFRAESTRUTURA – IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) faz parte da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e apresenta a configuração é esta: uma Reitoria; 9 *Campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e Jaru) e ampliação do número de Polos de Educação a Distância no interior do Estado.

O IFRO possui em sua estrutura uma Diretoria de Educação a Distância (DEAD), de caráter sistêmico diretamente vinculada à Reitoria.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte compõe esta estrutura, teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria 1.366, de 6 de dezembro de 2010 e é o responsável pela oferta de EaD em Rondônia. Com início das atividades próprias em 2013 está presente em vários municípios do estado com 09 (nove) *unidades* presenciais, além dos 25 polos de Educação à Distância.



Fonte: IFRO (2016)[1].

[1] Disponível em: http://portal.ifro.edu.br/sobre-o-ifro Acesso em 27 de novembro de 2017.

Infraestrutura Geral

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por centrais de ar condicionado tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

Abaixo são apresentados os espaços de ensino e aprendizagem.

Quadro 01 - Quantificação e descrição dos ambientes de formação

QTDE.	ESPAÇO FÍSICO	ÁREA M2	INFRAESTRUTURA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
	Salas de aula	53,19	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.
1	Auditório	211,92	Com 146 lugares, projetor multimídia, *notebook*, sistema de caixas acústicas e microfones.
1	Biblioteca	07,10	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia.
5	Laboratório de Informática	250,00	Com 150 máquinas, *software* e projetor multimídia ou TV.

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *Campus* será apresentado, a seguir, um quadro contendo as repartições e dependências a serem

utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Quadro 02: Estrutura física do *Campus* Porto Velho Zona Norte

Salas de aula	11	643,69
Salas de aula EaD	2	108,32
Escritório Modelo	1	53,91
Biblioteca	1	107,10
Repografia	1	17,50
Sala de professores	2	140,00
Auditório	1	211,92
Laboratório de Informática	3	161,73
Secretaria	1	70,39
Sala de Direção	1	23,45
Sala de Chefia de Gabinete	1	21,75
Recepção da Diretoria	1	19,02
Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas	1	35,00
Sala da Coordenação de Gestão de TI	1	35,00
Departamento de Planejamento e Administração	1	70,00
Cantina	1	25,62
Banheiros Masculinos	4	86,00
Banheiros Femininos	4	86,00
Sala da Coordenação do CST em Gestão Comercial	1	4,70
Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	1	54,16
Departamento de Extensão	1	54,16
Diretoria de Ensino	1	52,50
Departamento de Apoio ao Educando	1	53,55
Setor Pedagógico (psicólogo, orientador, pedagogo, etc.)	1	90,54
Sala de Serviços Terceirizados	1	44,74
Sala de tutoria	1	84,60
Departamento de EaD	1	35,00
Estúdio de EaD	2	107,00
Sala de Edição EaD	1	35,00
Auditório Estúdio	1	133,46
Quadra Poliesportiva	1	1409,19
TOTAL	53	4.119,60 M²

Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral

O Campus dispõe de espaço para todos os professores que trabalham 40 horas em regime de dedicação exclusiva. A maior parte desses professores desenvolve outras atividades no Campus e, por esse motivo, tem salas que servem para o desenvolvimento das ações específicas dessa outra função e também para o atendimento ao discente. Esses gabinetes possuem especificação de acordo com o quadro 01.

Quadro 03: Descrição de gabinetes para docentes

ITENS	ITENS ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	4,70m2
Mesa(s):	1
Cadeira(s):	2
Armário(s) e arquivo(s):	2
Computador(es):	2

Impressora(a):	Coletiva

Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

Todos os coordenadores de curso do Campus são lotados no regime integral e possuem gabinetes de trabalho individuais destinados aos trabalhos da coordenação, no qual desenvolve suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos.

Quadro 04: Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	4,70m2
Mesa(s):	1
Cadeira(s):	3
Armário(s) e arquivo(s):	1
Computador(es):	1
Impressora(a):	Coletiva

Sala de Professores

O Campus conta com duas salas de professores, climatizadas e mobiliada com mesas de trabalho individuais e coletivas, cadeiras, computadores, impressora e armários, conforme especificação do quadro 03.

Quadro 05: Sala de Professores

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	140,0m²
Mesa(s) coletiva(s):	1
Cadeira(s):	4
Armário(s) e arquivo(s):	-
Computador(es):	1
Impressora(a):	1
Mesa(s) e espaço(s) individual(is)	20
Aparelho de televisão:	-
Assento(s) estofado(s) para descanso:	-

Salas de Aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com dimensões em torno de 53,19m2, com alguma variação, com condições técnicas adequadas para a realização das aulas, com fechamento em vidros temperados, boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia.

Todas as salas de aula são mobiliadas com 44 carteiras escolares individuais, uma mesa orgânica com duas gavetas, uma poltrona giratória com braços, quadros brancos, climatizadas com ar condicionado Split e cortinas tipo persiana.

O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem, atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.

Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática

O IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, 05 Laboratórios de Informática, com dimensões em torno 240m², com 150 computadores para estudantes e 01 computador por laboratório para o professor, onde todos os equipamentos podem ser utilizados diariamente, das 8h às 22h30min.

Todos os laboratórios contam com o software Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores, sendo prevista a instalação de softwares específicos, a critério das necessidades das disciplinas. Foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, (re)matrícula online, comprovante de matrícula e outros.

O Campus viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da Capes e em outros bancos de dados públicos e privados, nacionais e internacionais relacionados com a área do curso.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO presta a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

O IFRO norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos

para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os Campi, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física

O Campus Porto Velho Zona Norte adaptou-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal n. º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o Campus dispõe:

a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações,

para portadores de necessidades especiais;

b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;

c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;

d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;

e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual

O Campus está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos. Sendo disponibilizado conforme a demanda

equipamentos de gravação e degravação de aulas e acompanhamento profissional com professor auxiliar e/ou atendimento complementar por disciplina.

Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva

O Campus está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva. Atualmente, o Campus conta com um profissional de Libras efetivo e que realiza as traduções em todas as teleaulas transmitidadas e/ou gravadas, bem como oferece o suporte necessário em atendimento específico.

Da Infraestrutura de Segurança

A instalação do Campus foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO2 nos corredores e laboratórios;
- Parapeito no mezanino;
- Saídas de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Corrimão na escada e rampa;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

Da Área de Convivência

O Campus Porto Velho Zona Norte conta com áreas de convivência, saguões e jardinas que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer, reprografia e outros, com mesas de jogos para socialização dos alunos nos momentos de intervalo.

Dos Espaços para Eventos

O Campus conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos, médios e grandes eventos, tais como: auditório, auditório estúdio, quadra poliesportiva e área de convivência.

Das Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do Campus foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de quatro conjuntos sanitários masculinos e quatro femininos.

Com área média de 21,50m2, cada conjunto possui quatro divisórias com vasos sanitários, sendo uma planejada para atendimento às pessoas com necessidades especiais e uma bancada com lavatórios.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 06: Recursos audiovisuais

EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÃO
Computadores PC	100 computadores de mesa
Projetor de multimídia	15 projetores, sendo 7 deles com sistema de som
Televisores	5 aparelhos de TV
Caixa de som	1 caixa de som amplificada
Lousa Digital	8 lousas Ebeam
Notebook	4 aparelhos de notebook para uso em ambientes externos
Câmera digital	01 câmera fotográfica digital
Aparelho de som	1 aparelho de som portátil
Aparelho de DVD	2 aparelhos de DVD portáteis

INFRAESTRUTURA E RECURSOS ESPECÍFICOS PARA EAD

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser um aliado importantíssimo para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras e outros. Para esse fim possui: Coordenação de Educação a Distância, Departamento de Produção de EaD (DEPEaD), Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA), Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI) Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA), coordenação de tutoria e monitoria, coordenação de gestão e polos EaD e os polos de apoio presencial.

Coordenação de educação a distância

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no campus, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade. Articula-se com as diretorias e demais departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. Conta com as seções de apoio a seguir.

Departamento de Produção de EaD (DEPEaD)

O Departamento de Produção de EaD (DEPEaD) é responsável por organizar, planejar, orientar, desenvolver, adaptar ou produzir e revisar conteúdos multimídia - impressos, audiovisuais ou virtuais - que se apliquem como objetos de aprendizagem, conforme as seguintes competências.

Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA)

A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável por elaborar, modelar e gerenciar ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (DVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI)

Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação a Distância.

a) Revisão de Língua e Linguagem:
Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA)

É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela

disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção.

O Departamento de Produção de EaD tem ainda como serviços específicos articulado com a Coordenação de Apoio ao Ensino. Possui 02 estúdios e 01 estúdio auditório.

Quadro 07: Recursos de Estúdio

EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÃO
Câmeras	4 Filmadoras FULLHD
Ilha de edição	Computador para edição de vídeos e animações, vídeos dinâmicos.
Lousa Digital	Quadro Interativo digital
Intérprete	LIBRAS AO VIVO
Notebook	4 aparelhos de notebook para uso em ambientes interno

Obs: O mesmo equipamento em cada estúdio.

A CPGA é responsável em manter o fluxo mantendo todas as atividades relacionadas a produção audiovisual como por exemplo todo material didático diagramado, como postagens no ambiente virtual dando esse suporte e apoio aos professores. O auditório está em fase de finalização.

Coordenação de Gestão de Polos EaD

Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos Campi e coordenadores de polos.

Coordenação de Tutoria e Monitoria

Coordena, acompanha, orienta, avalia as atividades dos tutores e monitores, articulando as atividades desses profissionais junto aos demais setores do Campus.

Polos de Apoio Presencial

O IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte conta com Polos de Apoio Presencial (PAPs) para atender os alunos de municípios e distritos adjacentes. São unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para receber tutores, professores, coordenadores de polo, assistentes e, especialmente, alunos do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno.

Para ofertar o suporte necessário, o polo de apoio presencial conta com uma equipe de acompanhamento, a saber:

a) Coordenador de Polo: acompanha e coordena as atividades de polo;
b) Tutor Presencial: responsável pelo apoio pedagógico e administrativo, acompanha os estudantes durante a transmissão da aula, aplicando as atividades passadas pelo Professor Formador e estabelecendo contato com o Professor Assistente. Contabiliza e registra notas e faltas;
c) Tutor Presencial Assistente Técnico: responsável pela abertura das salas, testagem e suporte técnico, manutenção e guarda dos equipamentos do polo.

Destarte, cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades, conforme a modalidade de oferta onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

14.6 INFRAESTRUTURA – IFMT

O Departamento de Educação a Distância (DeaD) é um componente da Pró-Reitoria de Ensino que é responsável pela gestão das políticas de educação a distância na instituição. Sob suas orientações estão os projetos pedagógicos dos campi que utilizam a modalidade EaD como recurso, bem como a gestão dos programas governamentais com base nessa modalidade.

Atualmente, o IFMT oferta cursos superiores semipresenciais focados na formação de professores por meio do Programa UAB do Ministério da Educação, e tem como parceiros a CAPES, as prefeituras municipais e o Governo do Estado.

Há também a oferta de cursos técnicos à distância no Programa e-Tec Brasil, especificamente na ação Profuncionário. Estes cursos atendem à demanda específica de formação profissional para trabalhadores dos sistemas educacionais públicos dos municípios e do estado de Mato Grosso.

Estas experiências qualificam o IFMT a dispor sua infraestrutura profissional e de gestão em prol das ações de um curso em rede, nos moldes propostos neste projeto.

Também está agregado ao processo o campus que ofertará sua infraestrutura acadêmica e pedagógica para o desenvolvimento do projeto. O campus Cuiabá-Bela Vista do IFMT foi escolhido para essa missão em virtude de atuar na área de formação de professores em seus cursos de licenciatura, presenciais e a distância, conquistando destaque entre os campi do IFMT. Este

campus dispõe de salas e equipamentos próprios para atendimento às necessidades de cursos a distância, considerando que já realiza a gestão de um curso de licenciatura e duas especializações voltadas à formação docente.

Assim sendo, o Campus Cuiabá Bela Vista dispõe de professores e recursos tecnológicos necessários para dar suporte na infraestrutura dos cursos.

14.2.1 Estrutura de Apoio ao Curso no Campus

Quadro – Infraestrutura Administrativa do Campus Cuiabá- Bela Vista

AMBIENTE	QTDE.	DESCRIÇÃO
Auditório	01	Sala com capacidade para 90 lugares.
Banheiros	10	05 Masculino e 05 Feminino.
Biblioteca setorial	01	Salão contendo 5 aparelhos de ar-condicionado, 1 armário, 2 armários guarda-volumes, 1 bebedouro, 6 cadeiras giratórias, 40 cadeiras para estudo, 1 carrinho para livros, 11 microcomputadores, 20 estantes, 1 estante expositora, 1 gaveteiro pequeno, 1 mapoteca, 1 mesa em L, 2 mesas coletivas para computadores, 1 mesa pequena, 4 mesas para computador, 9 mesas para estudo, 1 aparelho de TV, 1.318 títulos distribuídos em 2.661 exemplares.
Coordenação de Curso	01	Sala com 2 Estantes MDF 2 portas grandes, 2 cadeiras de Escritório giratórias cor verde, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 2 gaveteiras com 3 gavetas, 3 Mesas para escritório em L, 1 mesa para reunião em MDF, 1 Rack para 03 computadores, 1 Armário MDF 2 portas pequeno, 02 condicionadores de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 04 Computadores com monitores LCD e periféricos, 07 equipamentos de Data show, 2 gabinetes de CPU, 01 bebedouro com garrafão de 20 L, 1 bancada divisória em L para atendimento ao público. 2 linhas telefônicas com aparelhos, rede com hub para internet, 1 impressora a laser Brother HL-5350 DN.
Direção-geral	01	Sala com 1 Longarina 3 lugares, 1 Mesa em MDF para escritório, 1 Impressora HP Laser Jet 1320, 3 Microcomputadores com monitores periféricos, 1 cadeira para escritório, 1 poltrona executiva para escritório, 4 cadeiras giratórias, 1 mesa para reunião, 1 mesa em L grande para escritório, 1 ar-condicionado Springer 18.000 BTUs, 1 estante em MDF de duas portas, 1 suporte para CPU em MDF, 1 estabilizador de energia.

AMBIENTE	QTDE.	DESCRIÇÃO
Departamento de Ensino	01	Sala com 2 mesas em MDF em L, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 1 condicionador de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 2 Computadores com monitores LCD e periféricos, 1 armário porta-arquivos, 1 linha telefônica.
Departamento de Administração e Planejamento	01	Sala com 3 armários de aço, 1 prateleira em MDF, 1 longarina com 3 cadeiras, 6 cadeiras de escritório giratórias cor verde, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 1 notebook, 2 Mesas para escritório em L, 4 mesas retangulares, 2 condicionadores de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 4 Computadores com monitores LCD e periféricos, 1 linha telefônica com aparelho, rede wireless para internet, 1 impressora a laser.
Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação	01	Sala com 2 Estantes MDF 2 portas grandes, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 3 Mesas retangulares para escritório, 1 condicionador de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 1 Computadores com monitores LCD e periféricos, 1 notebook, rede wireless para internet.
Sala dos professores	01	Sala com 8 Cadeiras de estudante, 1 Mesa de reunião de Madeira 8 lugares, 1 Sofá de 2 Lugares, 1 Televisor SEMP TOSHIBA 29 polegadas, 4 Computadores com monitores e periféricos, 1 Bebedouro IBBL FNG 2000 com garrafão de 20 L, 1 condicionador de ar split marca Fujitsu, bancada para computadores.
Secretaria-geral de Documentação Escolar	01	Sala bipartida com 1 Monitor Samsung 15 polegadas, 1 Estante pequena de madeira,1 Bebedouro IBBL FNG 2000, 2 Arquivos MDF 4 gavetas marca Milan, 1 Escrivaninha 4 gavetas de madeira, 2 cadeiras de estudante madeira, 1 Impressora LEXMARK E232, 1 Computador c/ monitor e periféricos, 3 Cadeiras de escritório cor verde, 4 Cadeiras de escritório giratória cor verde, 3 Estantes MDF; 2 portas da marca Milan, 3 Suportes p/ computador em MDF, 1 Computador Samsung c/ monitor e periféricos, 1 Mesa em L para escritório marca Milan, 2 Criados mudos com 3 gavetas, 2 Ar-condicionados split marca Springer 18.000 BTUs, 1 Computador c/ monitor e periféricos, 1 Escrivaninha 3 Gavetas de Madeira, 1 Mesa em L para escritório marca Milan, 1 Computador c/ monitor e periféricos, 1 Rack para computador, 1 Impressora Kiocera Ecosys fs 1030d, 1 Aparelho de fax, 1 Telefone de mesa Premium, 3 Estabilizadores de Energia.
Almoxarifado	01	Sala com 03 estantes de madeiras de madeira, 01 armário de madeira com 03 divisões e 04 estantes de metal para estocagem de produtos químicos, vidrarias e outros materiais.

14.2.2 Biblioteca do Campus Cuiabá- Bela Vista

O Campus Cuiabá Bela Vista do IFMT possui uma biblioteca com capacidade para 100 (cem) usuários em suas instalações. Seu acervo, que é informatizado pelo sistema Q-Biblos, atende os diversos cursos do campus, como os de licenciatura presenciais e semipresenciais, bacharelados, cursos técnicos e, também, o curso de Mestrado em Alimentos.

A iniciativa de constituir uma biblioteca que dê suporte às demandas informacionais da Universidade Aberta do Brasil do IFMT foi planejada para se configurar dentro de uma modalidade específica de material, de usuários, produtos e serviços.

Os materiais que constituem essa unidade de informação variam, respeitando as especificações da modalidade de ensino. Dessa forma, o acervo é constituído de livros (físicos e digitais), periódicos (físicos e digitais), portais (nacionais e internacionais, de acesso livre), além de materiais didático-pedagógicos de apoio às atividades docentes e discentes.

14.2.3 Estrutura de Apoio aos polos presenciais

Os polos de apoio presenciais dos cursos a distância, que são mantidos no Programa UAB/IFMT e ofertados pelo Campus Cuiabá Bela Vista, contam com uma sala de apoio didático-pedagógico, que corresponde a uma sala anexa à biblioteca do polo, com a função de prover material de apoio ao discente, dando condições de pesquisa, elaboração de trabalhos, leituras, atividades individualizadas ou em grupos, entre outras atividades que possam complementar a sua formação.

As salas de apoio didático-pedagógico são organizadas pelos coordenadores de polo e assistidas pelos tutores presenciais, que prestam apoio e viabilizam a sua utilização como um espaço de leitura, apoio à produção de trabalhos acadêmicos e desenvolvimento de atividades formativas em geral.

Ainda faz parte desse contexto o Laboratório de Informática que, de acordo com o polo, podem haver uma ou duas unidades, cada uma com cerca de 30 unidades computacionais completas (com CPU, monitor, teclado, *mouse* e *web camera*), interligados em rede e com acesso à internet. É por meio deste laboratório que os estudantes desenvolvem suas atividades on-line, propostas em seus respectivos cursos. Estes laboratórios são climatizados, possuem recursos para aulas, tais como quadro-branco, mesas e cadeiras, além de equipamentos de projeção.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº. 9.394/96, Brasília, MEC, 1996.LDB nº 9.394/96; Institui a Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Resolução CP/CNE nº 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Resolução CP/CNE nº 02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. Resolução CEE/MG Nº 447/2002. Dispõe sobre a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e altera dispositivos da Res. CEE 442, de 24 de abril de 2001.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 05/2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Pedagogia Licenciatura, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

DIAS, Paulo. Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede. Revista Educação, Formação & Tecnologias, julho-dezembro, 2013, p. 4-14.

ANEXOS

ANEXO 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO

Fixa normas para as Atividades de Estágio Obrigatório no Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede** - em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDEMINAS/IFG/IFRJ e IFAM regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio é ato educativo que integra a proposta do projeto pedagógico do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, IFMA, IFRN, IFMT, IFRO, IFSULDEMINAS, IFG, IFGoiano, IFRJ e IFAM.

Art. 2º O Estágio Obrigatório é considerado exigência do currículo do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede** e deve ser cumprido, no período letivo previsto na Matriz Curricular e em conformidade com a previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 3º O Estágio Obrigatório desenvolve-se em ambiente educacional denominado Instituição Concedente.

Art. 4º Para realização do Estágio, o aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando o semestre onde há previsão de sua efetivação.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 5º O Estágio Obrigatório, a ser desenvolvido a partir do segundo ano, do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede** integra as dimensões teórico-práticas do currículo e articula de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas **dos eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**[2] por meio de procedimentos de docência na **Educação Profissional.**

Art. 6º O Estágio Obrigatório tem por objetivos oportunizar ao futuro profissional:

I Competência Técnica e Didática no exercício da docência;

II – A articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos aos saberes da experiência na Formação Profissional;

III – A vivência da prática docente em situação real, possibilitando a reflexão sobre a prática.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA, DURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Art. 7º Conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso, o estágio obrigatório é realizado ao longo dos dois anos de formação, nos campos de estágio concedentes, perfazendo um total **300 horas**. Será realizado em Instituições de Ensino Profissionalizante tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de competências técnicas e didáticas na atuação junto à docência na Educação Profissional e Tecnológica

Art. 8º - Para a organização prévia das atividades de estágio são previstas as seguintes providências:

I – Compete ao aluno:

---

[2] Eixos Tecnológicos constantes no final do regulamento.

- Retirar, junto ao Setor de estágio ou equivalente no Câmpus/Polo o Termo de concessão de estágio e a Carta de Apresentação (ou equivalentes) à Instituição Concedente, bem como a listagem de documentos a serem fornecidos à instituição acadêmica para a formalização do estágio.

- Apresentar-se à Instituição Concedente pretendida, solicitando, autorização para realizar o estágio;
- Em caso de aceite, recolher os dados da Concedente para elaboração do Termo de Compromisso: Razão Social, Unidade Organizacional, CNPJ, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP, Nome do Supervisor de Estágio, Cargo, Telefone e e-mail.
- Preencher a documentação em três vias, de acordo com a legislação vigente do estágio; coletar as assinaturas dos representantes legais.
- Entregar a documentação no setor competente, para realização do cadastro do estágio no sistema de dados da IES à qual está vinculado.

Para realização do estágio o acadêmico deverá existir compatibilidade com os eixos do CNCT nos locais de oferta de estagio pela IES. Em casos de não compatibilidade será de responsabilidade do acadêmico.

II – Compete ao professor orientador de estágio:

- Apresentar o presente Regulamento ao estagiário sob sua orientação;
- Verificar a documentação organizada pelo estudante para a formalização do estágio, assinando os documentos necessários;
- Elaborar e pactuar com o aluno o Plano de Atividades a ser desenvolvido no estágio, incluindo a especificação da modalidade de avaliação, com a expressão dos respectivos critérios.

Art. 9º São consideradas atividades de estágio: docência supervisionada.

CAPÍTULO IV

DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 10. A orientação do Estágio é de responsabilidade do(s) professor(es) regentes do estágio, designado pelo Colegiado / Coordenadoria de curso.

Parágrafo Único: O professor responsável pelo Estágio denominar-se-á Professor Orientador.

Art. 11. São atribuições dos Professor Orientador:

I. Organizar junto com o aluno o Plano de Atividades de Estágio e submetê-lo à aprovação no Colegiado / Coordenadoria de Curso;

II. Assessorar o estagiário na identificação e seleção da bibliografia necessária ao desenvolvimento da atividade de Estágio;

III. Acompanhar e avaliar o estagiário em todas as etapas de desenvolvimento do seu trabalho, através de encontros periódicos e visitas ao local de Estágio. As reuniões periódicas para acompanhamento poderão ser realizadas a cada semana ou quinzenalmente, presenciais ou utilizando ferramentas síncronas de comunicação, tais como chats, Skype, ou ainda webconferência ou videoconferências. As visitas de avaliação deverão ser presenciais, podendo ser realizadas durante as práticas, em comum acordo com o professor supervisor. A avaliação das práticas, quando não houver recursos para percorrer as escolas concedentes, poderá ser realizada no Polo de apoio presencial no qual o/a aluno/a está matriculado, em concordância com o Art. 4º, do Decreto n. 9.057, de maio de 2017.

IV. Oferecer os subsídios metodológicos e orientar a produção do relatório de estágio;

V. Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 12. São atribuições do Professor Supervisor da Instituição/Campo de Estágio:

I - Receber e acompanhar o comparecimento do estagiário nos dias e horários previstos na Instituição/Campo de Estágio;

II - Informar o Professor Orientador acerca do desempenho do estagiário em suas atividades na Instituição/Campo de Estágio;

III – Participar da avaliação das atividades de estágio dos alunos sob sua supervisão;

IV – Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13. São responsabilidades e atribuições do Estagiário:

I - Desenvolver atividades de estágio de acordo com o Plano de Atividades elaborado e pactuado com o Professor Orientador e aprovado pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso;

II - Observar horários e regras estabelecidas, tanto em relação à Instituição Concedente, quanto ao estabelecido no Termo de Compromisso e Regulamento do Estágio Obrigatório;

III - Comprometer-se com a comunidade na qual se insere e com o próprio desenvolvimento pessoal e profissional;

IV - Respeitar, em todos os sentidos, o ambiente de estágio, as pessoas e as responsabilidades assumidas nesse contexto;

V - Manter discrição e postura ética em relação às informações e às ações referentes à participação em atividades da Instituição Concedente;

VI - Registrar sistematicamente as atividades desenvolvidas no campo de estágio, conforme as orientações constantes neste Regulamento;

VII - Participar das atividades semanais de orientação e aprofundamento técnico e metodológico;

VIII - Comparecer no local de estágio nos dias e horários previstos, cumprindo rigorosamente o Plano de Atividades;

IX - Apresentar periodicamente os registros aos Professor Orientador, mantendo-o informado do andamento das atividades;

X - Zelar pela ética profissional, pelo patrimônio e pelo atendimento à filosofia e objetivos da Instituição Concedente;

XI - Elaborar os relatórios previstos e cumprir na íntegra o Regulamento Geral de Estágio;

XII - Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 14. O Relatório de Estágio consiste na síntese descritiva e analítico-reflexiva das experiências desenvolvidas e das aprendizagens consolidadas ao longo das atividades realizadas no Campo de Estágio;

Art. 15. O Relatório de Estágio caracteriza-se como uma produção individual a ser elaborada em conformidade com a estrutura e critérios estabelecidos neste Regulamento;

Art. 16. Constituem itens mínimos para a estruturação formal do Relatório de Estágio Obrigatório:

I - Caracterização da Instituição Concedente;

II – Elaboração clara de uma proposta teórico-metodológica para atuação nas escolas de educação básica, e na educação profissional;

III – Planejamento das práticas pedagógicas, quando pertinente à etapa de regência;

IV – Análise geral das práticas realizadas;

Art. 17. O Relatório de Estágio é avaliado segundo os seguintes critérios:

I – Linguagem clara, objetiva, porém sem perder os aspectos descritivos e analíticos, quando assim couber;

II – Planejamento educacional capaz de articular os objetivos gerais e específicos, conhecimentos trabalhados, métodos e estratégias de ensino-

aprendizagem, recursos e processos avaliativos adotados para as práticas letivas;

III – Organização do documento seguindo as normas da ABNT.

Art. 18. A apresentação pública da experiência documentada no Relatório Final de Estágio obedece ao seguinte regramento:

I - Indicar os procedimentos previstos para a apresentação do relatório, caso prevista, especificando a forma de constituição de banca (se for o caso), estruturação de seminário de apresentação entre os estudantes ou outras modalidades de socialização da experiência, conforme decisão do colegiado/coordenadoria do curso

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 19. A avaliação do Estágio é de responsabilidade conjunta do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio, a ser conduzida de acordo com o previsto na Organização Didática das instituições conveniadas e respeitadas as normas deste Regulamento.

Art. 20. O aluno é considerado aprovado no Estágio se cumprir satisfatoriamente os seguintes aspectos:

I – Cumprir satisfatoriamente as atividades previstas no Plano de Estágio;

II – Entregar no final do semestre o Relatório de Atividades de Estágio, obtendo a nota mínima para aprovação, de acordo com a Organização Didática das instituições conveniadas.

Parágrafo único. O estagiário que, na avaliação, não alcançar aprovação, deverá repetir o Estágio, não cabendo avaliação complementar ou segunda chamada.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os casos omissos e disposições contrárias neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso em conjunto com a Instituição ofertante.

Eixos Tecnológicos da 3ª edição do CNCT:

- Ambiente e Saúde
- Controle e Processos industriais
- Desenvimento Educacional e Social
- Gestao e Negócios
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Alimenticia
- Produção Cultural e Design
- Produção Industrial
- Recursos Naturais
- Segurança
- Turismo, Hospitalidade e Lazer

Observação: Devem ser respeitadas as futuras atualizações do CNCT

ANEXO 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre o regramento operacional das atividades complementares do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDEMINAS/IFG/IFRJ/IFAM

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar a inserção e validação das atividades complementares como componentes curriculares integrantes do itinerário formativo dos alunos do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede.

Art. 2º As atividades curriculares são componentes curriculares obrigatórios para obtenção da certificação final e emissão de diploma, conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

CAPÍTULO II
DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º As atividades complementares constituem-se componentes curriculares destinados a estimular práticas de estudo independente e a vivência

de experiências formativas particularizadas, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

Art. 4º As atividades complementares compreendem o conjunto opcional de atividades didático-pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico de Curso, cuja natureza vincula-se ao perfil de egresso do Curso.

§ 1º A integralização da carga horária destinada às atividades complementares é resultante do desenvolvimento de variadas atividades selecionadas e desenvolvidas pelo aluno ao longo de todo seu percurso formativo, em conformidade com a tipologia e os respectivos cômputos de cargas horárias parciais previstos neste Regulamento.

§ 2º As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dependências dos Institutos, em outras Instituições de Ensino, ou em programações oficiais promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo colegiado / coordenação de curso e dispostas neste Regulamento.

Art. 5º As atividades complementares têm como finalidades:

I. Possibilitar o aperfeiçoamento humano e profissional, favorecendo a construção de conhecimentos, competências e habilidades que capacitem os estudantes a agirem com lucidez e autonomia, a conjugarem ciência, ética, sociabilidade e alteridade ao longo de sua escolaridade e no exercício da cidadania e da vida profissional;

II. Favorecer a vivência dos princípios formativos basilares do IFSul, do IFMA, do IFRN, do IFMT, do IFRO, do IFSULDEMINAS, do IFG e do IFRJ possibilitando a articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso;

III. Oportunizar experiências alternativas de aprendizagem, capacitando os egressos possam vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de construção do conhecimento.

IV. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão;

CAPÍTULO III

DA NATUREZA E CÔMPUTO

Art. 6º. São consideradas atividades complementares para fins de consolidação do itinerário formativo do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede.

I. Participação em videoconferências na área da educação;
II. Desenvolvimento e/ou participação em Projetos de Ensino registrados;
III. Projetos e programas de pesquisa;
IV. Atividades em programas e projetos de extensão;
V. Participação em eventos técnicos científicos (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros da mesma natureza);
VI. Atividades de monitorias em disciplinas de curso;
VII. Aproveitamento de estudos em disciplinas que não integram o currículo do curso e/ou disciplinas de outros cursos;
VIII. Participação em cursos de curta duração;
IX. Trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
X. Atividades de gestão, tais como participação em órgãos colegiados, em comitês ou comissões de trabalhos e em entidades estudantis como membro de diretoria;
XI. Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor;
XII. Trabalho de campo de pesquisa;
XIII. Atividades culturais.

Art. 7º A integralização da carga horária total de atividades complementares no Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede referencia-se nos seguintes cômputos parciais:

I - LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO DE HORAS POR ATIVIDADE COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	**Carga horária por atividade /**	**Limite Máximo no Curso**	**Documento Comprobatório**
Videoconferências	**2 horas**	**10 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação**
Projetos de Ensino	**10 horas**	**30 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação**
Projetos de Extensão	**10 horas**	**30 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação**
Eventos técnicos científicos	**8 horas**	**16 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação**
Monitorias	**20 horas**	**60 horas**	**Atestado da Instituição**
Aproveitamento de estudos	**10 horas**	**10 horas**	**Documento comprobatório da Instituição em que cursou a Disciplina e Programa da disciplina devidamente assinada pela Instituição**
Participação em cursos de curta duração	**8 horas**	**20 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação com carga Horária**
Trabalhos publicados em revistas indexadas	**10 horas**	**50 horas**	**Cópia do artigo com ISSN**
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	**5 horas**	**10 horas**	**Cópia do artigo com ISSN**
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	**5 horas**	**20 horas**	**Certificação de participação com o**

			nome do trabalho apresentado
Aprovação ou premiação em concurso	**5 horas**	**10 horas**	**Certificação da Instituição premiadora**
Atividades de gestão	**10 horas**	**40 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação**
Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor	**2 horas**	**60 horas**	**Declaração e/ou atestado do Tutor e/ou Professor**
Trabalho de campo de pesquisa	**20 horas**	**60 horas**	**Documento da Instituição e/ou local em que foi executada a pesquisa junto com a cópia do projeto.**
Atividades culturais	**2 horas**	**20 horas**	**Declaração e/ou atestado de participação**

CAPÍTULO IV
DO DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO

Art. 8º As atividades complementares deverão ser cumpridas pelo estudante a partir do segundo ano, do curso, perfazendo um total de 200 horas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 9º A integralização das atividades complementares é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período em que o estudante estiver regularmente matriculado, excetuando-se eventuais períodos de trancamento.

Art. 10. Cabe ao estudante apresentar, junto à coordenação do polo para ser encaminhado a coordenação do curso/área, para fins de avaliação e validação, a comprovação de todas as atividades complementares realizadas mediante a entrega da documentação exigida para cada caso.

Parágrafo único - O estudante deve encaminhar à secretaria do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede a documentação comprobatória, até 30 dias antes do final de cada período letivo cursado, de acordo com o calendário acadêmico vigente.

Art. 11. A coordenadoria de curso tem a responsabilidade de validar as atividades curriculares comprovadas pelo aluno, em conformidade com os critérios e cômputos previstos neste Regulamento, ouvido o colegiado/coordenadoria de curso.

§ 1º A análise da documentação comprobatória de atividades complementares desenvolvidas pelo estudante é realizada ao término de cada período letivo, em reunião do colegiado/coordenadoria do curso, culminando em ata contendo a listagem de atividades e cômputos de cargas horárias cumpridas por cada estudante.

§ 2º Após a análise, a documentação comprobatória bem como a planilha de atividades e cargas horárias validadas para cada estudante são encaminhadas pelo coordenador de curso ao setor de Registros Acadêmicos da Instituição e Câmpus ofertante para lançamento e arquivamento.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. As atividades complementares cursadas anteriormente ao ingresso no curso são avaliadas, para efeito de aproveitamento, pelo coordenador do curso.

Art.13. Os casos omissos neste regulamento serão deliberados pelo colegiado/coordenadoria do curso.

ANEXO 3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dispõe sobre o regramento operacional do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede – em rede proposto pelas Instituições parceiras: parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDEMINAS/IFG/IFRJ/IFAM

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades e os procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFRO/IFSULDEMINAS/ IFG/ IFRJ/IFAM.

Art. 2º O TCC é considerado requisito para a obtenção de certificação final e emissão de diploma.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º O trabalho de conclusão de curso (TCC) do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede constitui-se numa atividade curricular pedagógica, vinculada à área de conhecimento e ao perfil de egresso do Curso.

Art.4º O TCC consiste na elaboração, pelo acadêmico concluinte, de um trabalho que demonstre sua capacidade para formular, fundamentar e desenvolver uma pesquisa monográfica, sob a forma de artigo, de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo.

§ 1º O TCC deve ser desenvolvido segundo as normas que regem o trabalho e a pesquisa científica, as determinações deste Regulamento e outras regras complementares que venham a ser estabelecidas pelo colegiado / coordenação de Curso.

§ 2º O TCC visa a aplicação dos conhecimentos construídos e das experiências adquiridas durante o curso.

§ 3º O TCC consiste numa atividade individual do acadêmico, realizada sob a orientação e avaliação docente.

Art. 5º O TCC tem como objetivos gerais:

I - Estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento pedagógico sobre um objeto de estudo pertinente ao curso;

II – Possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, tendo por base a articulação teórico-prática;

III - Permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico-científico e pedagógico do acadêmico;

IV - Proporcionar a consulta bibliográfica especializada e o contato com o processo de investigação científica;

V - Aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

CAPÍTULO III

DA MODALIDADE E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Art. 6º No Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede o TCC é desenvolvido na modalidade de artigo monográfico, em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º O texto a ser apresentado para a banca e a versão final em meio eletrônico terá o caráter de monografia – tratamento escrito e aprofundado de um assunto, de maneira descritiva e analítica, em que a tônica é a reflexão sobre o tema em estudo.

§ 2º A produção do texto monográfico orienta-se pelas regras básicas de escrita acadêmico-científica da ABNT, bem como pelas normas de apresentação dispostas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DA APRESENTAÇÃO ESCRITA, DEFESA E AVALIAÇÃO

Seção I

Da apresentação escrita

Art. 7º O TCC deverá ser apresentado sob a forma escrita, encadernada, a cada membro da banca examinadora com antecedência de, no mínimo, 15 dias em relação à data prevista para a apresentação oral.

§ 1º O TCC escrito será estruturado de acordo com o tipo de trabalho e pesquisa desenvolvida, cabendo ao professor orientador definir com o aluno a estrutura do texto a ser entregue.

§ 2º O trabalho deverá ser redigido, obrigatoriamente, de acordo com o Modelo Padrão disponibilizado pela Coordenação de Curso, obedecidas as seguintes normas de formatação: - Fonte: educacional, tamanho 12;

- Espaçamento entre linhas 1,5; - Margens: superior e esquerda 3 cm, e inferior e direta 2 cm.

Seção II

Da apresentação oral

Art. 8º A apresentação oral do TCC, em caráter público, ocorre de acordo com o cronograma definido pelo Colegiado/Coordenação de Curso, sendo composto de três momentos:

I - Apresentação oral do TCC pelo acadêmico;

II - Fechamento do processo de avaliação, com participação exclusiva dos membros da Banca Avaliadora;

III - Escrita da Ata, preenchimento e assinatura de todos os documentos pertinentes.

§ 1º O tempo de apresentação do TCC pelo acadêmico é de 20 minutos, com tolerância máxima de 10 minutos adicionais.

§ 2º Após a apresentação, a critério da banca, o estudante poderá ser arguido por um prazo máximo de 30 minutos.

§ 3º Aos estudantes com necessidades especiais facultar-se-ão adequações/adaptações na apresentação oral do TCC.

Art. 9º As apresentações orais dos TCCs ocorrerão no As reuniões periódicas para acompanhamento poderão ser realizadas a cada semana ou quinzenalmente, presenciais ou utilizando ferramentas síncronas de comunicação, tais como chats, Skype, ou ainda webconferência ou videoconferências. As visitas de avaliação deverão ser presenciais, podendo ser realizadas durante as práticas, em comum acordo com o professor supervisor, conforme cronograma estabelecido e divulgado previamente pelo Coordenador de Curso.

Seção III

Da avaliação

Art. 10. A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora, designada pelo colegiado/coordenação de curso, por meio da análise do trabalho escrito e de apresentação oral.

Art. 11. Após a avaliação, caso haja correções a serem feitas, o discente deverá reformular seu trabalho, segundo as sugestões da banca.

Art. 12. Após as correções solicitadas pela Banca Avaliadora e com o aceite final do Professor Orientador, o acadêmico entregará à Biblioteca do câmpus uma cópia do TCC em formato eletrônico, arquivo pdf e .doc.

Parágrafo único. O prazo para entrega da versão final do TCC é definido pela Banca Avaliadora no ato da defesa, não excedendo a 30 dias a contar da data da apresentação oral.

Art. 13. O TCC somente será considerado concluído quando o acadêmico entregar, com a anuência do orientador, a versão final e definitiva.

Art. 14. Os critérios de avaliação envolvem:

I - No trabalho escrito – indicar os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, tais como: organização estrutural; a linguagem concisa; a argumentação coerente com o referencial teórico, com aprofundamento conceitual condizente com o nível de ensino; a correlação do conteúdo com o curso; a correção linguística e o esmero acadêmico-científico.

II - Na apresentação oral - indicar os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, tais como: o domínio do conteúdo, a organização da apresentação, a capacidade de comunicação das ideias e de argumentação.

Art. 15. A composição da nota será obtida por meio de indicar a regra para atribuição de nota por cada membro da banca, bem como para a composição da nota final.

1º Para ser aprovado, o aluno deve obter nota final igual ou superior a 7 (Sete) pontos.

§ 2º Caso o acadêmico seja reprovado em TCC, terá uma segunda oportunidade de readequar seu trabalho e reapresentá-lo num prazo máximo de 60 dias.

Art. 16. Verificada a ocorrência de plágio total ou parcial, o TCC será considerado nulo, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua apresentação.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DA BANCA

Art. 17 A Banca Avaliadora será composta por, pelo menos, dois membros.

§ 1º O Professor Orientador será membro obrigatório da Banca Avaliadora e seu presidente.

§ 2º A escolha dos demais membros da Banca Avaliadora fica a critério do Professor Orientador e do orientando, com a sua aprovação pelo colegiado/coordenadoria de curso.

§ 3º O co-orientador, se existir, poderá compor a Banca Avaliadora, porém sem direito a arguição e emissão de notas, exceto se estiver substituindo o orientador.

§ 4º A critério do orientador, poderá ser convidado um membro externo ao Câmpus/Instituição, desde que relacionado à área de concentração do TCC e sem vínculo com o trabalho.

§ 5º A participação de membro da comunidade externa poderá ser custeada pelo câmpus, resguardada a viabilidade financeira.

Art. 18. Ao presidente da banca compete lavrar a Ata.

Art. 19. Os membros da banca farão jus a um certificado emitido pela Instituição, devidamente registrado pelo órgão da instituição competente para esse fim.

Art. 20. Todos os membros da banca deverão assinar a Ata, observando que todas as ocorrências julgadas pertinentes pela banca estejam devidamente registradas, tais como, atrasos, alteração dos tempos, prazos para a apresentação das correções e das alterações sugeridas, dentre outros.

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO

Art. 21. A orientação do TCC será de responsabilidade de um professor do curso ou de área afim do quadro docente.

Parágrafo único - É admitida a orientação em regime de co-orientação, desde que haja acordo formal entre os envolvidos (acadêmicos, orientadores e Coordenação de Curso).

Art. 22 Na definição dos orientadores devem ser observadas, pela Coordenação e pelo Colegiado de Curso, a oferta de vagas por orientador, definida quando da oferta do componente curricular, a afinidade do tema com a área de atuação do professor e suas linhas de pesquisa e/ou formação acadêmica e a disponibilidade de carga horária do professor.

§ 1º A substituição do Professor Orientador só será permitida em casos justificados e aprovados pelo Colegiado de Curso e quando o orientador substituto assumir expressa e formalmente a orientação.

Art. 23. Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final da monografia.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos e emitir relatório de acompanhamento e avaliações.

III - Participar da banca de avaliação final na condição de presidente da banca.

IV - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme as regras deste regulamento, em consonância com a metodologia de pesquisa acadêmico/científica.

V - Efetuar a revisão da monografia e autorizar a apresentação oral, quando julgar o trabalho habilitado para tal.

VI - Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas em ambientes externos, quando a natureza do estudo assim requisitar.

VII - inserir atribuições específicas, conforme a natureza do trabalho desenvolvido no âmbito do curso

Art. 24. Compete ao Orientando:

I – Observar e cumprir a rigor as regras definidas neste Regulamento.

II – Atentar aos princípios éticos na condução do trabalho de pesquisa, fazendo uso adequado das fontes de estudo e preservando os contextos e as relações envolvidas no processo investigativo.

III - inserir atribuições específicas, conforme a natureza do trabalho desenvolvido no âmbito do curso

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Os custos relativos à elaboração, apresentação e entrega final do TCC ficam a cargo do acadêmico.

Art. 26. Cabe ao Colegiado / Coordenadoria de Curso a elaboração dos instrumentos de avaliação (escrita e oral) do TCC e o estabelecimento de normas e procedimentos complementares a este Regulamento, respeitando os preceitos deste, do PPC e definições de instâncias superiores.

Art. 27. O discente que não cumprir os prazos estipulados neste regulamento deverá enviar justificativa por escrito ao colegiado do curso que julgará o mérito da questão.

Art. 28. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso e pelo Professor Orientador.

Art. 29. Compete a Coordenadoria de Curso definir estratégias de divulgação interna e externa dos trabalhos desenvolvidos no Curso.